REVISTA

# IBEF®

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

**ANO XVI - NÚMERO 89 - BIMESTRAL - 2020**
**www.ibefrio.org.br**

## Paul Milgrom e Robert Wilson, Prêmio Nobel de Economia 2020

**Mario Guerreiro: Uma nova realidade de investimentos**

**Davi Holanda: Nova vida para o varejo no Open Banking**

**Yuri Sahione: O impacto do Compliance nas empresas conscientes**

**Alexandre Pierro: ISO de inovação já foi adotada por 150 empresas**

IBEF
Rio de Janeiro

AFRICA

# Impacto Positivo: Performance a favor da transformação.

Nossos resultados ganham um novo significado quando investidores e sociedade se desenvolvem juntos. Conheça algumas das nossas iniciativas:

mais de **38** bilhões

disponibilizados em crédito para empresas com impacto positivo.

mais de **18** bilhões

captados para projetos ambientais e sociais de clientes.

Somos feitos de pessoas que têm o poder de transformar o mundo e estimular outras a participar dessa transformação.
Saiba mais em: itau.com.br/sustentabilidade

Aponte a câmera do seu celular e saiba mais.

Itaú

# Editorial

## Caros leitores

A **Revista IBEF,** chega a dezembro deste difícil ano de 2020 graças ao apoio de nossos anunciantes, executivos e empresários que nos prestigiaram com a exposição de suas marcas, matérias e artigos, apesar dos transtornos causados pela pandemia do Covid-19.

Foi um ano de aprendizado e superação para todos nós profissionais em diversos ramos de atividades.

Identificamos os parceiros de todas as horas e tivemos a oportunidade de também retribuir com nosso esforço e trabalho.

Registramos o mais profundo reconhecimento às empresas anunciantes, a eles nosso agradecimento mais do que especial.

Destacamos os executivos que foram capa da **Revista IBEF** em 2020: Toralf Haag, presidente do Grupo Voith; Rodrigo de Assis Torres, advogado e sócio da Dannemann Siemsen; Yuval Noah Harari, historiador e filósofo; Sérgio Moreira Lima, embaixador do Brasil na Austrália; Tiago Alves, CEO da Regus & Spaces Brasil; Paul Milgrom e Robert Wilson, ganhadores do Prêmio Nobel de Economia 2020.

Nosso muito obrigado a você leitor por nos prestigiar.

Que 2021 seja um ano de saúde, paz, prosperidade e realizações para todos.

*Marcos Chouin Varejão - Dezembro 2020*

# Índice


EDITORIAL....1
Marcos Varejão.

CAPA....2
Robert Wilson e Paul Milgrom, americanos, ganham o Prêmio Nobel de Economia 2020.

NACIONAL....4
A proposta de emissão adicional das notas que vencem em 2031 da Petrobras Global Finance B.V. alongará o perfil de vencimento das dívidas.

OPINIÃO....5
Cândida Caffé e Mariana Abenza: Iniciativas do INPI contribuem para aquecimento do mercado de licenciamento e transferência de tecnologia no país.

OPINIÃO....6
Luiz Marcatti: Desafios para o futuro.

OPINIÃO....8
Yuri Sahione: O impacto do Compliance nas empresas conscientes.

OPINIÃO....9
Mario Guerreiro: Uma nova realidade de investimentos.

OPINIÃO....10
Davi Holanda: Nova vida para o varejo no open banking.

NACIONAL....11
O comércio varejista lidera a retomada recente.

OPINIÃO....12
Alexandre Pierro: ISO de inovação já foi adotada por mais de 150 empresas.

OPINIÃO....14
Bruna Allemann: Estados Unidos e a eficácia de tornar oinvestidor imigrante em trunfo do desenvolvimento do país.

OPINIÃO....15
Angelo Ambrizzi: Mudança no local do recolhimento do Imposto sobre Serviço.

INTERNACIONAL....16
Por que taxar mais ricos pode ser saída para países endividados após pandemia, na visão do FMI.

NACIONAL....18
Telemetria garante uso confiável e eficaz de veículos elétricos.

NACIONAL....19
Projetos de saneamento autorizados pelo MDR a levantar recursos privados já captaram R$ 3,4 bilhões.

ECONOMIA....20
Claudio Camargo: A importância da auditoria digital na Era da Transformação.

INTERNACIONAL....22
Mercado da habitação deve estar presente nos planos de recuperação econômica do Brasil.

NACIONAL....23
BlueTrade mira R$ 15 bilhões em ativos até final de 2021.

DAY TRADE....24
Coluna de informação.

OPINIÃO....26
Alexsandra Marilac Belnoski: O cenário da recuperação judicial na pandemia.

ESTANTE....27
Coluna sobre publicações editoriais.

NACIONAL....28
Estudo da UFSCar traça estratégias para aumentar participação sobre recursos hídricos no Brasil.

NACIONAL....29
Infográfico: como as empresas podem diminuir riscos e proteger o fluxo de caixa.

NACIONAL....30
Cinquentões e sessentões estão surpreendendo por aderirem às novas tecnologias de mobilidade urbana.

NACIONAL....31
Advogado explica quais são as leis e órgãos que amparam os idosos.

NACIONAL....32
Finanças pessoais: 14 perfis de comportamento que devem ser evitados.

NACIONAL....33
Ações lideram preferência dos investidores.

OPINIÃO....34
Ana Beatriz Britto: Arte e sociedade.

SAÚDE....35
Própolis vermelha tem substâncias que inibem o crescimento de células cancerígenas.

OPINIÃO....38
Sergio Raposo: Há que se modificar ou criar impostos.

JURISPRUDÊNCIA....40
AGU assegura continuidade das obras para ampliação do Porto de Salvador.


A importância da auditoria digital
na Era da Transformação

FOTO: FOLHA/UOL

# Robert Wilson e Paul Milgrom, americanos, ganham o Prêmio Nobel de Economia 2020

Pesquisas sobre como são feitos os leilões e o desenvolvimento de modelos para que essas licitações tragam ganhos tanto para compradores como para vendedores, levaram os americanos Paul Milgrom, de 72 anos, e Robert Wilson, de 83 anos, da Universidade de Stanford, a receberem o prêmio Nobel de Economia deste ano. Para especialistas, a relevância dos estudos dos dois economistas pode ser percebida no dia a dia das pessoas. Leilões são cada vez mais usados para determinar preços de serviços públicos, da geração de eletricidade à banda larga para internet. Há diversos tipos de leilão e eles podem ter diferentes regras: os lances podem ser abertos ou fechados, podem ser feitos uma única vez ou muitas vezes, por exemplo.

Uma das conclusões da dupla de economistas é que leilões em que os lances são conhecidos, como o inglês, funcionam bem, porque cada interessado recebe informações sobre o valor intrínsico do objeto leiloado desde o início.

Isso evita a chamada "maldição do vencedor", em que um comprador superestima o valor de um item e oferece muito mais do que o que poderia ter pago.

O mercado de leilões está em ascensão e em mudança constante. Os tradicionais leilões conhecidos por cenas de filmes ficaram nas telas. Hoje, o formato é muito mais tecnológico, prático e ágil. E esses dois cientistas norte-americanos contribuíram para isso. Por esse motivo, foram reconhecidos e ganharam o Prêmio Nobel de Economia de 2020 por "melhorias na teoria dos leilões e invenção de novos formatos". Para Eduardo Consentino, leiloeiro responsável pela Biasi Leilões, a conquista joga o holofote para o mercado que está cada vez mais competitivo e moderno.

"Hoje não precisamos mais daqueles salões lotados, a disputa lance a lance, a batida do martelo. É possível competir e adquirir um bem através de um clique. Isso dá praticidade, segurança e agilidade ao processo", afirma. Prova disso é o crescimento do setor e as vendas por esse meio, que se fortalecem dia a dia. "Durante a pandemia, quem não estava acostumado ao ambiente virtual sofreu. Mas para os leiloeiros que já viviam esse universo, a mudança não foi drástica", acrescenta.

Consentino comemora o resultado da premiação e o apoio que os matemáticos deram à área. Paul R. Milgrom e Robert B. Wilson, professores da Universidade Stanford, revolucionaram o setor e criaram um mercado mais eficiente para o meio leiloeiro. "Eles não apenas mudaram a maneira como entendemos os leilões, mas também a forma como as coisas são leiloadas".

Segundo a Real Academia de Ciências da Suécia, responsável pelo prêmio, os vencedores deste ano estudaram como funcionam os leilões e usaram seus insights para criar novos formatos de leiloar bens e serviços que são difíceis de

*“Durante a pandemia, quem não estava acostumado ao ambiente virtual sofreu. Mas para os leiloeiros que já viviam esse universo, a mudança não foi drástica”*

vender de uma forma tradicional, como frequências de rádio. Suas descobertas beneficiaram vendedores, compradores e contribuintes de todo o mundo.

Robert Wilson foi o primeiro a criar uma estrutura para leilões de itens com um valor comum - um valor que é incerto de antemão, mas, no final, é o mesmo para todos, como valores futuros das frequências de rádio ou o volume de petróleo em uma área específica. Entre os anos 60 e 70, Wilson escreveu uma série de artigos que procuraram compreender aquilo que nomeou de “maldição do vencedor” - que leva os compradores a oferecerem menos por um bem em leilão do que aquilo que pensam que ele realmente vale.

A ideia é que, quando um comprador tem pouca informação sobre o valor que é atribuído a um bem pelos outros compradores, fica com receio de, ao oferecer um valor elevado (mesmo que seja aquilo que ele acha que vale), estar pagando muito por ele. Isso faz com que, nos leilões em que há pouca informação sobre o que os concorrentes pensam, os valores sejam baixos, prejudicando o vencedor.

Já Paul Milgrom, nos anos 80, se aprofundou na análise de seu colega e formulou uma teoria mais geral de leilões que não só permite valores comuns, mas também valores privados que variam de licitante para licitante. Juntos, passaram da teoria à prática e, em 1994, as autoridades dos Estados Unidos usaram pela primeira vez um dos novos formatos de leilão desenvolvidos pela dupla para vender frequências de rádio a operadoras de telecomunicações. Desde então, muitos outros países seguiram o exemplo, entre eles Espanha, Grã-Bretanha e Canadá.

• FONTE JORNAL O GLOBO E BIASI LEILÕES

Robert B. Wilson nasceu em Geneva, Estados Unidos, em 1937. Doutorado pela Universidade de Harvard em 1963, é professror emérito também na Universidade Stanford.

Paul R. Milgrom nasceu em 1948 em Detroit, Michigan, nos Estados Unidos. Obteve seu PhD em 1979 pela Universidade de Stanford, também nos Estados Unidos. É professor na mesma universidade da Califórnia.

# A proposta de emissão adicional das notas que vencem em 2031 da Petrobras Global Finance B.V. alongará o perfil de vencimento das dívidas

A S&P Global Ratings disse que a proposta de emissão adicional (notes reopening) das notas senior unsecured que vencem em 2031 da Petrobras Global Finance B.V. não afetará o rating 'BB-' dessas notas. Os ratings das notas *senior unsecured* são o mesmo que o rating de crédito de emissor da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Petrobras: BB-/Estável/--; brAAA/Estável/--), empresa que garante incondicional e irrevogavelmente essas notas.

A proposta de emissão adicional foi anunciada junto com a oferta para recomprar outras notas existentes com vencimento de 2023 em diante. Dessa forma, esperamos algumas melhorias no perfil de vencimento de dívida da Petrobras e também uma redução em seu endividamento bruto. Isso está em linha com as medidas da administração da empresa nos últimos meses, como recompras de outras dívidas e pré-pagamento de linhas de crédito rotativas. Esperamos que a Petrobras apresente um índice de dívida sobre EBITDA em torno de 4x no final de 2020, que declinará para perto de 3x nos próximos dois anos.

Este relatório não constitui uma ação de rating.

A S&P Global Ratings é a maior provedora de ratings de crédito independentes. Nossos ratings são essenciais para o desenvolvimento, promovem a transparência e auxiliam na educação dos participantes do mercado para que possam tomar decisões com confiança. Temos mais de 1 milhão de ratings de crédito vigentes atribuídos a governos, corporações, ao setor financeiro e a entidades de operações estruturadas e títulos de dívida. Oferecemos uma visão independente do mercado construída em uma combinação exclusiva de perspectivas amplas e insights locais. Oferecemos nossas opiniões e pesquisas sobre o risco de crédito relativo; os participantes do mercado recebem informações independentes que os ajudam a dar suporte ao crescimento de mercados de dívida transparentes e líquidos ao redor do mundo.

A S&P Global Ratings é uma divisão da S&P Global (NYSE: SPGI), que prove inteligência essencial para indivíduos, empresas e governos de forma que possam tomar decisões com confiança. Para mais informações, visite www.spglobal.com/ratings.

Visite SPGlobal.com/Ratings, um portal gratuito, interativo e informativo que oferece acesso aos destaques de nossas pesquisas de crédito. Considere este o seu portal de perspectivas: www.spglobal.com/ratings.

As análises, incluindo os ratings, da S&P Global Ratings representam opiniões e não uma declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário. Elas não abordam a adequação de nenhum título ou valor mobiliário e não devem ser consideradas ao se tomar uma decisão de investimento. A S&P Global Ratings não atua como fiduciária ou consultora de investimentos, exceto onde registrada para esse fim.

# Iniciativas do INPI contribuem para aquecimento do mercado de licenciamento e transferência de tecnologia no país

*Cândida Caffé e Mariana Abenza**

Nos últimos meses, apesar das circunstâncias desafiadoras do cenário econômico mundial, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI adotou iniciativas em busca da redução do tempo de exame dos pedidos de patente (backlog) e visando incentivar o investimento, desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias. Encontram-se entre essas iniciativas as Portarias INPI n° 294/2020, Portaria INPI nº 247/2020 e Portaria INPI nº 331/2020, que entraram em vigor ao longo deste segundo semestre e poderão contribuir para estimular o licenciamento de patentes e a transferência de tecnologia no país.

Cândida Caffé

Mariana Abenza

Com base no projeto-piloto instituído pela Portaria INPI n° 294/2020, a partir de setembro de 2020, foram criadas duas novas modalidades de trâmite prioritário de pedido de patente, sendo uma para tecnologias disponibilizadas no mercado e outra para tecnologias resultantes de financiamento público. Assim, desde que respeitados certos requisitos, pedidos de patente que sejam objeto de contratos de licença, cessão, importação ou exportação, passaram a ser elegíveis para exame prioritário. O mesmo ocorre com tecnologias oriundas de projetos desenvolvidos com apoio financeiro decorrente de receitas públicas.

A possibilidade de requerer exame prioritário para patentes licenciadas representa um enorme avanço, especialmente em contratos internacionais, diante da impossibilidade de remessa de royalties ao exterior antes da concessão da patente licenciada pelo INPI. Esta possibilidade não apenas estimulará este tipo de contratação, como também constituirá incentivo à própria formalização de contratos muitas vezes tácitos entre empesas do mesmo grupo econômico, já que agora o licenciamento poderá constituir justificativa para requerer o exame prioritário perante o INPI e acelerar, portanto, a concessão da patente licenciada.

Além disso, com o objetivo expresso e declarado de facilitar a transferência de tecnologia e o licenciamento de ativos de propriedade industrial, o INPI também lançou o projeto "Vitrine de PI", a fim de estimular a oferta de licença já prevista no artigo 64 e seguintes da Lei de Propriedade Industrial. Este projeto foi instituído pela Portaria INPI nº 331/2020 que, a exemplo do que ocorre em países como Estados Unidos, Dinamarca, Japão e Chile, criou, a partir de 01 de outubro de 2020, uma plataforma para publicação de anúncios relativos aos ativos de propriedade industrial para comercialização.

Tanto patentes concedidas pelo INPI, quando pedidos de patente ainda pendentes de análise, poderão ser ofertados na Vitrine de PI, sendo certo que alguns outros requisitos deverão ser observados, entre os quais a confirmação, pelo requerente, de que a tecnologia em questão não é objeto de um contrato de licença exclusiva. Apesar de ter início apenas com oferta de patentes e pedidos de patentes, a previsão é que, gradualmente, outros ativos de propriedade industrial, como desenhos industriais, programas de computador, topografias de circuito integrado e marcas, possam ser ofertados ao mercado por meio da Vitrine de PI disponibilizada pelo INPI. Assim, a Vitrine de PI cria um espaço extremamente propício para a oferta e procura de soluções tecnológicas no mercado, permitindo que possíveis interessados nas referidas soluções tenham conhecimento dos produtos e processos disponíveis e iniciem as tratativas com os respectivos titulares.

Outra medida de incentivo que merece destaque foi a Portaria INPI nº 247/2020, que concedeu às startups (conforme definidas na Lei Complementar nº 167/2019) o direito de requerer exame prioritário e acelerado de seus pedidos de patente junto ao INPI. Esta medida visa a estimular o desenvolvimento de novas tecnologias e o investimento por startups na proteção de suas inovações por meio de pedidos de patente, com potencial para estimular investimentos nas próprias startups do país.

** Cândida Caffé – Sócia do Dannemann Siemsen, Advogada e Agente da Propriedade Industrial e Mariana Abenza – Sócia do Dannemann Siemsen, Advogada e Agente da Propriedade Industrial.*

# Desafios para o futuro

*Luiz Marcatti**

Imaginar o futuro não é uma tarefa fácil. Quanto mais prevê-lo. Sendo o futuro imprevisível, por que então tentar antevê-lo? A resposta para essa pergunta é a incerteza. Quanto maiores forem a incerteza e o dinamismo do ambiente externo, maiores serão a necessidade de se desenvolver alternativas para se sobreviver. E para isso é necessário fazer algum tipo de previsão. Pois, com ela, a empresa consegue visualizar mudanças, identificar oportunidades, buscar novos recursos e desenhar novos negócios.

Quanto mais sintonizada a empresa estiver com o ambiente externo melhor será a sua capacidade para detectar não só tendências não-lineares como também perceber eventos pequenos, mas decisivos para a liderança ou longevidade da empresa. Como é, por exemplo, uma nova tecnologia ou uma mudança legislativa. E as novas tecnologias não param de surgir. A inovação está mudando o perfil do mundo e criando uma pressão sobre os recursos existentes.

Até o início da década de 1970, a explicação do futuro feita com base no conhecimento do passado era viável. Com o primeiro choque do petróleo em 1973, depois da Guerra de Yom Kippur no Oriente Médio, houve uma alta no preço do petróleo. A crise energética abateu-se sobre o mundo todo. Das maiores companhias de petróleo, apenas a Royal Dutch Shell estava preparada para a mudança. Os executivos da empresa responderam com rapidez à crise e, durante os anos seguintes, a fortuna da Shell cresceu. Nesse momento, ficou nítida a insuficiência da utilização dos métodos preditivos tradicionais. Para operar em um mundo incerto, os executivos precisavam questionar os seus pressupostos de como o mundo funcionava, a fim de poder enxergá-lo mais claramente com o objetivo de transformar a visão da realidade.

No Brasil, a ruptura dos modelos econômicos políticos sociais começou já na década de 1980, com a recessão de 1981/1983, a reforma da Constituição Federal e os vários planos econômicos que se sucederam até a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Alguns outros exemplos marcantes de mudanças não-lineares são o ataque das Torres Gêmeas em setembro de 2001 e a crise mundial de setembro de 2008, deflagrada pela falência do banco de investimento americano Lehman Brother Holdings Inc. Ambos os acontecimentos marcaram o mundo e transformaram, sem precedentes, a Economia mundial. As barreiras organizacionais e a liderança.

Um número surpreendente de executivos é prisioneiro das suas próprias convicções com relação ao futuro do seu negócio. Quando essas convicções ou "visões" estão fora de sintonia com a evolução do mercado, elas obscurecem a capacidade desses executivos de ajustar as estratégias à nova realidade de mercado. A empresa passa a viver uma "dissonância estratégica". O risco da dissonância é o risco de se ter pressupostos que não correspondam à realidade, o que resulta em estratégias perdedoras.

Embora haja consciência de que as não-linearidades estejam presentes no dia a dia das empresas, existe uma resistência em se aceitar mudanças; pois, para se pensar no futuro, é necessário na grande maioria das vezes se fazer uma ruptura com o presente. Os modelos mentais presentes na organização nem sempre estão aptos a captar o dinamismo das mudanças que estão ocorrendo e que conformam o ambiente futuro. A razão dessa resistência pode ser explicada, como já explicado anteriormente, pelo fenômeno conhecido como dissonância cognitiva, ou seja, a percepção de incompatibilidade entre o presente e um futuro diferente do que se vive e se acredita. O que resulta na aceitação ou na negação como um mecanismo de defesa. E quanto mais enraizada for a crença ou a convicção, mais forte será a sua resistência em aceitar uma possível mudança.

A dissonância cognitiva que leva à dissonância estratégica afeta o futuro da empresa, pois os seus líderes têm uma grande dificuldade em se desapegar do modelo bem-sucedido presente, em prol de algo novo e desconhecido que deverá ser criado no futuro. Qualquer pessoa, porém, tem a capacidade de usar a imaginação para desenhar o futuro. Os neurocientistas acreditam que são as barreiras emocionais como o medo, as barreiras de percepção como as heurísticas de pensamento e as barreiras culturais como hábitos e costumes que interrompem o acesso a esse potencial imaginativo.

A governança e a liderança:

- Garantir que a liderança existente esteja preparada para as mudanças, priorizando a diversidade não só de gênero e etnia, mas também a diversidade de habilidades, atitudes e aptidões.
- Acompanhar o desenvolvimento da liderança alinhando-a não só para o negócio existente, mas para o desenvolvimento de futuros negócios.

Quais as práticas adotadas pela sua empresa para avaliar o potencial da liderança? Como são feitos os processos de reconhecimento e premiação? Como as oportunidades de desenvolvimento pessoal são consideradas? Como os talentos são atraídos para o seu negócio? Quais são as habilidades, atitudes e aptidões que a empresa busca com vista no negócio atual e futuro? Quais são as fontes de recrutamento? Quais são os critérios?

**CEO da MESA Corporate Governance.*

# Confiança é fundamental

Junto com seus parceiros do Grupo CorpServices a Branco Consultores oferece além de seus trabalhos de consultoria e contencioso tributário, as seguintes áreas de serviços:

- Contabilidade
- Diagnóstico de Procedimentos fiscais
- Supply Chain - Foco tributário
- Preços de Transferência
- Revisão, preparação e retificação de obrigações fiscais acessórias
- Due diligence fiscal
- BPO - Terceirização de Processos
- Inovação tecnológica - Contábil/fiscal
- Recuperação de créditos fiscais
- Treinamentos empresariais
- Mediação e arbitragem

Corp Services Group

QualityTax
EMPRESA DO GRUPO CORPSERVICES

BRANCO
EMPRESA DO GRUPO CORPSERVICES

brancoconsultores.com

- **Consultoria tributária**
- **Assessoria jurídica tributária**
- **Perícias contábeis**

RIO DE JANEIRO
Avenida das Américas, 3434
Bloco 4 - Salas 311 e 312
Condomínio Henrique Simonsen
Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ
CEP 22.640-102
Tel.: 21 3231-5900

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana - São Paulo
CEP 04.101-000
Tel.: 11 5087-8910
Fax: 11 5087-8810

# O impacto do Compliance nas empresas conscientes

*Yuri Sahione**

A grande maioria dos segmentos de negócios no Brasil passou a ter mais proximidade com práticas de compliance dentro do contexto de mudança regulatória que as grandes manifestações de 2013 e a Operação Lava-Jato trouxeram para o Brasil.

Alçado como ferramenta de combate à corrupção pelas empresas, os programas de compliance ganharam popularidade ao terem sua existência associada ao fortalecimento do senso de ética individual dos colaboradores da organização e à mitigação de riscos reputacionais na contratação de terceiros.

Embora não se possa desdenhar do certo mérito que essa proposição tem, entender o programa dessa maneira é subestimar a sua capacidade enquanto ferramenta de gestão corporativa. Compliance não cria valores, ele os endereça e os solidifica dentro da prática de negócios, criando a tão desejada cultura empresarial.

Essa outra perspectiva, que difere do senso comum, possibilita agregar à gestão empresarial todos os tipos de conteúdo que podem ter um cunho ético, de prevenção de riscos legais e, por que não, dos novos padrões que as empresas ESG buscam imprimir em suas práticas.

O departamento de compliance, diante da evolução dos negócios, deve deixar de ser apenas uma área de gestão de riscos para se tornar uma verdadeira curadoria de valores empresariais, na medida em que a aderência a padrões de negócios mais altos não representa, necessariamente, um risco com consequências legais, econômicas e de imagem graves a serem mitigadas, à exemplo do tradicional risco de corrupção.

De um lado, vemos a atuação construtiva do programa de compliance a reforçar o compromisso com os processos de governança internos e a ampliar o escopo de influência que ele exerce sobre empresas investidas e terceiros, contribuindo para a criação de uma rede de confiança por parte dos stakeholders quanto aos valores e princípios empresariais.

Do outro, remodelar o escopo de abrangência do programa de compliance corporativo não faz desaparecer problemas como o conflito de interesses, a fraude e toda a gama de riscos relacionadas ao engajamento com terceiros, que há muito já são conhecidos da área. Ao abraçar os princípios ESG, esses mesmos problemas agora passam a se apresentar também sob outras roupagens.

Na disputa pelo investimento ou por uma posição de destaque no mercado, situações de conflitos de interesse podem surgir diante de excessos nos discursos comerciais, em materiais publicitários (branding exagerado) e, nos contratos, em representações de aderência a padrões que não são realísticas.

Mais do que representações errôneas, sendo a aderência aos princípios ESG uma premissa à decisão do investidor ou do consumidor, por vezes em preferência aos próprios números da companhia, a sua má representação proposital pode levar a consequências legais e econômicas relevantes a depender do tipo de negócio conduzido.

As auditorias de compliance, por sua vez, passam a ter um papel significativo, pois além de revisar materiais – atividade que pode ser feita preventivamente também - e garantir que os processos internos sigam o fluxo de governança da empresa, suas atividades devem passar a incluir os pilares que suportam a afirmação dos relatórios de sustentabilidade.

Outra rotina que pode ser de grande auxílio, embora existam ainda muitas outras, é buscar conhecer em processos de diligência de terceiros se esse possui certificações que enderecem os princípios ESG. Embora positivas, não são todas as empresas que mantém o padrão de qualidade após receber o certificado. Ao checar passivos judiciais dos terceiros, por exemplo, é possível identificar por vezes que uma determinada recorrência de ações pode indicar a quebra de uma daquelas premissas certificadas no passado.

Para que esse novo standard se sustente ao longo da jornada da empresa, os pilares da comunicação interna e das ações de treinamento são importantes para a construção do compromisso e do engajamento dos colaboradores, mostrando mais um pouco do ferramental que o compliance dispõe.

A mudança que os mercados estão propondo para buscar mais sustentabilidade, respeito ao meio-ambiente e governança, põe o fortalecimento do programa de compliance empresarial para além de uma iniciativa de mitigação de riscos, mas como uma verdadeira proposta de valor ao negócio.

**Advogado, sócio do Cescon Barrieu.*

# Uma nova realidade de investimentos

*Mario Guerreiro**

A relevante mudança da direção da taxa Selic nos últimos anos começou a abrir espaço para uma nova fronteira na carteira de investimentos do brasileiro. Nos últimos 20 anos, a Selic atingiu patamares mais altos que 25% e em momentos em que a taxa convergiu para valores de um único dígito, isso não se manteve consistentemente e o que se viu foi a volta aos 2 dígitos. Desde o final do ano de 2016 a Selic está em um movimento de queda que culminou na taxa atual de 2%. Os motivos desses movimentos são diversos, inclusive com alguma importação da política monetária internacional, que vem quebrando paradigmas de livros textos clássicos com taxas de juros iguais a zero ou até negativas (o poupador paga então um prêmio de seguro por manter seu dinheiro no banco em segurança). Fato é que esse movimento fez com que o investidor local tivesse que começar a se adequar a um cenário em que ganhos reais negativos na renda fixa padrão são uma realidade.

Um dos fenômenos mais recentes e mais relevantes foi a busca por diversificação de investimentos através de instrumentos de renda variável, sendo observado o crescimento exponencial do número de brasileiros investidores diretos na bolsa. Em 2002 eram 85 mil CPFs investindo na Bolsa. Esse número cresceu e ficou estagnado em cerca de 550 mil de 2008 a 2016. Em 2019 e em 2020 o número de investidores pessoas físicas dobrou em ambos os anos, chegando a aproximadamente 3 milhões, representando um crescimento de mais de 5 vezes o número de 2016. A tecnologia e informação ajudaram em muito esse movimento, mas a grande realidade é que nada disso teria se tornado realidade com a manutenção da taxa de juros em patamares elevados.

Um portfólio de investimentos composto apenas por ações e renda fixa padrão (LCA, LCI, CDB e fundos DI), não diversificam suficientemente o portfólio do investidor. Há a necessidade de inclusão de outros ativos no portfólio. Neste contexto, os investimentos alternativos têm papel fundamental já que são capazes de incrementar o retorno de um portfólio, diversificando riscos, buscando manutenção do poder de compra e ganho de capital no longo prazo. O mercado de investimentos alternativos tem crescido substancialmente. Um dos ativos alternativos mais em voga para pessoa física é o fundo imobiliário. O patrimônio líquido destes fundos já soma mais de R$ 110 bilhões em bolsa e preenche boa parte da parcela de alternativos de uma carteira padrão. Mas vale a atenção para dois outros produtos que estão em pleno crescimento: fundos de participação em infraestrutura e *private equity*.

Um novo mercado está começando a traçar o mesmo rumo de crescimento do mercado de FIIs: os fundos de participação em infraestrutura. Através da Lei 11.478, promulgada em 2007, que garante isenção de IR para pessoas tanto na distribuição de dividendos quanto no ganho de capital, esse mercado vem crescendo principalmente nos últimos 2 anos, impulsionado pela queda dos juros, e ajudando a alavancar o investimento privado em infraestrutura no país. Hoje o patrimônio desses fundos de infraestrutura negociados em bolsa é de aproximadamente R$ 6 bilhões, um valor ainda pequeno quando comparado ao mercado potencial, mas que deve ter crescimento relevante nos próximos anos. Outra categoria importante dentro dos alternativos é a de *private equity*. A indústria de private equity no Brasil como um todo ainda é pequena em percentual do PIB quando comparada com os países desenvolvidos. Segundo a última consolidação feita pela ABVCAP, a indústria representa 0,2% do PIB enquanto nos EUA esse número é de 1,83% e no Reino Unido 2,07%.

Por muito tempo o nível de taxa de juros e a grande incerteza dos ambientes macro e microeconômicos fizeram com que o investidor brasileiro concentrasse as suas reservas em investimentos tradicionais e em muitos casos altamente concentrados em renda fixa *plain vanilla*. Espera-se que esse novo paradigma de juros possa continuar impulsionando a indústria financeira no desenvolvimento de diferentes classes de ativos, uma vez que a demanda para novos fundos e alternativas de investimentos cresça. Neste arcabouço, os produtos alternativos têm uma grande importância, porque trazem ganho de capital consistente, renda, prêmio de retorno sobre alternativas tradicionais de investimento, diversificação de riscos, melhorando o perfil de risco e retorno dos portfólios.

** VP de Investimentos Alternativos do Credit Suisse.*

# Nova vida para o varejo no open banking

*Davi Holanda**

Criado pelo Banco Central, o open banking tem como objetivo o compartilhamento de informações bancárias entre diferentes instituições financeiras. Nesse modelo, que deve ser completamente implementado no país até outubro de 2021, o cliente é dono de todas as suas informações bancárias e de seu histórico, o que deve facilitar negociações futuras, inclusive pela diminuição de burocracia.

Obviamente, esse modelo trará mudanças não apenas para pessoas físicas, mas para todo tipo de negociação no país, e o varejo não é exceção. Com total acesso ao perfil e ao comportamento financeiro de cada cliente, as empresas terão a oportunidade de oferecer soluções e produtos de maneira muito mais objetiva. E isso gera, sim, uma maior concorrência entre elas, levando-as a repensar suas estratégias de marketing e a maneira como abordam os consumidores.

Vale destacar que esse acesso será obtido por meio de parcerias com instituições autorizadas pelo Banco Central e, evidentemente, os dados só estarão disponíveis com a devida autorização do cliente em questão.

No fundo, talvez o setor de varejo seja o mais afetado por esse novo sistema, mas não de uma maneira negativa. As mudanças na forma como se faz comércio não significam o seu fim, mas um novo caminho, uma alternativa de melhoria, que tornará as operações mais ágeis e transparentes. Deve-se observar que esse modelo também aproxima as empresas de seus potenciais consumidores, evitando desde falhas de entrega até fraudes.

A chegada do Open Banking não significa que o velho sistema bancário vá morrer, mas, com certeza, ele deverá se adaptar, bem como outros setores e os próprios cidadãos. No entanto, é inegável que, para os lojistas, passadas as eventuais dificuldades de adaptação, a tendência é que o novo modelo facilite as negociações trazendo agilidade, transparência e segurança; conceitos mais do que necessários neste momento em que ainda estamos saindo de uma crise.

A Acesso tem um ecossistema com diversas linhas de negócios: Bankly, plataforma de bank as a service que suporta todos os produtos e serviços da empresa e apresenta um conjunto de soluções e serviços financeiros que, por meio de sua tecnologia, permite que os parceiros operem "como bancos", viabilizando que eles forneçam soluções bancárias para seus clientes; o Acesso Bank, uma solução bancária digital completa; e Meu Acesso e Acesso Empresas no portfólio de cartões pré-pagos recarregáveis. Mais informações em: https://www.bankly.com.br.

** CEO da Acesso Soluções de Pagamentos, empresa brasileira líder em tecnologia bancária e serviços financeiros, emissão, processamento e gestão de cartões e contas digitais.*

# O comércio varejista lidera a retomada recente

- A economia brasileira vem mostrando retomada parcial desde maio, com velocidades distintas setorialmente, liderada pelo comércio. As medidas de preservação de emprego e renda foram essenciais para a expansão do consumo de bens de primeira necessidade, em um primeiro momento, e de duráveis, em um segundo.

- A indústria está sendo beneficiada pela demanda doméstica, com alguns segmentos também se beneficiando das exportações. A construção também tem reagido aos estímulos monetário e fiscal, registrando retomada mais rápida, e o agronegócio, de forma geral, foi favorecido pela boa demanda externa e pelas transferências governamentais que sustentaram o consumo interno.

- Por outro lado, o setor de serviços está atrasado nesse ciclo, como esperado, especialmente aqueles prestados às famílias, mais afetados por medidas de distanciamento social e que, em alguns casos, permanecem operando abaixo da capacidade máxima durante a pandemia.

- Para 2021, a aceleração da atividade será mais gradual do que o previsto para o segundo semestre deste ano, com o fim dos programas governamentais. A partir de então, outros fatores passam a ganhar relevância para determinar o ritmo de crescimento. Entre os principais, citamos a distribuição de uma vacina, a formação de poupança das famílias durante a pandemia e a retomada do emprego.

- Esperamos que o comércio e a indústria ainda sejam os destaques. O agronegócio e a construção civil continuarão com bom desempenho, beneficiados pela demanda externa e pelas boas condições de crédito, respectivamente. O setor de serviços ganhará tração à medida em que as regras de distanciamento sejam cada vez mais flexibilizadas, mas sem a distribuição de uma vacina, dificilmente teremos o segmento operando a plena capacidade.

## SETORES EM FOCO: AUTOMOTIVO

Apesar da retomada recente, o mercado automotivo foi um dos mais impactados pela pandemia:

- O setor automotivo sofreu choques tanto pelo lado da demanda como pelo da oferta. Pelo lado da demanda, o ambiente de muitas incertezas provocou a queda da confiança, postergando a compra de bens duráveis em geral, sobretudo de veículos. Já pelo lado da oferta, as medidas de distanciamento social, para conter o avanço da pandemia, não só paralisaram a produção, como impediram o funcionamento das concessionárias e dos postos do Detran pelo país.

- Contudo, o setor vem se recuperando nos últimos meses. Caminhões e motocicletas se destacam. O bom desempenho do agronegócio e a renovação de frota impulsionaram as vendas de caminhões. Para motocicletas, o aquecimento da demanda acompanhou o avanço dos aplicativos de entregas. Por outro lado, as exportações deverão permanecer retraídas, a despeito da incipiente retomada do mercado automotivo argentino.

- Apesar dos números menos negativos, a recuperação do setor automotivo tem uma trajetória desafiadora pela frente. Se as vendas de veículos caíram menos do que se esperava, por um lado, por outro a continuidade da recuperação dependerá do ritmo de retomada da economia brasileira, sobretudo do desempenho do mercado de trabalho e do aumento de investimentos das empresas.

# ISO de inovação já foi adotada por mais de 150 empresas

*Alexandre Pierro**

## *ISO 56.002 preza pela governança da inovação entre empresas de todos os portes e segmentos*

A inovação é uma demanda latente nos dias de hoje. Contudo, diante de um contexto de grandes e rápidas transformações aliadas às tecnologias exponenciais, as empresas se sentem completamente perdidas sobre como manterem o negócio atraente e lucrativo em um ambiente de tanta volatilidade. Por isso, foi lançada, a ISO 56.002, de gestão da inovação, na qual a PALAS, consultoria de inovação e gestão, despontou como pioneira em seu processo de formatação e implementação. Em pouco mais de um ano, a norma já foi adotada por mais de 150 empresas em todo o mundo – quatro só no Brasil. A maior delas é a AirBus, uma das maiores empresas do mundo, do setor aeronáutico, com mais de 150mil funcionários.

Fundada em 1947, com o intuito de ajudar na reconstrução das empresas devastadas pela Segunda Guerra Mundial, a ISO - Organização Internacional de Padronização, é uma instituição sem fins lucrativos sediada em Genebra, na Suíça. Ancorada nos princípios da isonomia (que em grego significa igualdade), a organização possui mais de 22 mil normas técnicas, sendo mais de 180 normas de sistema de gestão que visam o estabelecimento de padrões mundiais para a gestão de negócios. Com 164 países-membro, a ISO consolidou-se como uma das mais importantes referências internacionais no que tange a normatização e modelos de gestão.

**Formatação** - De posse de toda essa credibilidade e *know how*, em 2013, a ISO criou um grupo de estudos internacional, o ISO TC-279, a fim de mapear as melhores práticas de inovação de todos os países-membro. Ao longo desses anos, muitos países colaboraram ativamente, como foi o caso da França, Canadá, Portugal, Rússia, Espanha, Inglaterra e o próprio Brasil, que contribuiu com a norma ABNT/16.501/2011. Por aqui, o processo de compartilhamento de conhecimentos aconteceu por meio do grupo ABNT/CEE-130, que contou com a presença de Alexandre Pierro, sócio-fundador da PALAS.

Até o momento, já são nove normas que englobam o sistema de gestão da inovação. A ISO 56.000 é a norma que determina vocabulários e fundamentos. A ISO 56.002 é a norma que passa as diretrizes para implementar o sistema de gestão e é a única que é certificável via atestado de conformidade.

Além dela, existem ainda ISO 56.003, que auxilia as empresas através das ferramentas e métodos de inovação; a ISO 56.004, encarregada do assessment; a ISO 56.005, de ferramentas e métodos para gestão da propriedade intelectual; a 56.006, de ferramentas e métodos para a gestão da inteligência estratégica; 56.007, de gestão de ideias; 56.008, de ferramentas e métodos para medição da performance do sistema de gestão; e a 56.009, que é um guia prático para inovação.

Embora nem todas já estejam publicadas e não exista nenhuma com versão em português, as normas tem sido amplamente procuradas por empresas de diversos portes e segmentos na busca por uma melhor gestão da inovação. “Temos quase 150 empresas no Brasil buscando entender a aplicabilidade e os benefícios do sistema de gestão da inovação da ISO. Isso demonstra que o Brasil está antenado às melhores práticas de gestão da inovação no mundo”, explica Pierro.

**Princípios** - Baseada em oito pilares – direção estratégica, abordagem por processos, realização de valor, liderança com foco no futuro, cultura colaborativa, adaptabilidade e resiliência, gestão de incertezas e gestão de *insights* – a ISO 56.002 defende que uma inovação pode ser um produto, serviço, processo, modelo, método ou a combinação de qualquer uma delas. Contudo, o conceito de inovação é caracterizado por novidade e valor. Em suma, isso significa que ideias sem a manifestação de valor não são inovações e sim invenções.

A terminologia da norma principal com o número dois é um indício de que ela é uma norma de diretrizes e não de requisitos. Ou seja, ela aponta caminhos, mas entende que não há uma receita única para todas as empresas. “Inovação é um campo de estudos muito amplo, vasto e complexo. A ISO entendeu que o que funciona em uma empresa, pode não

*"Hoje, podemos dizer que inovação faz parte de nossa cultura e está entre as principais prioridades de investimento da empresa, com objetivo de aprimorar nossa oferta e trazer os melhores resultados para os nossos clientes"*

funcionar em outra. Por isso, além de entender profundamente todas essas normas, os profissionais envolvidos no processo de implementação devem ter um profundo conhecimento sobre metodologias e ferramentas de inovação para conquistar resultados realmente efetivos", defende Pierro.

O processo de certificação, via atestado de conformidade, é mais simples do que parece. A ISO 56.002 pode ser implementada em empresas de todos os portes e segmentos. É possível fazer a implementação em um único departamento ou na empresa como um todo. Há ainda casos de implementação em várias unidades ao mesmo tempo, inclusive em países diferentes, no caso de multinacionais. O primeiro passo é a realização de um assessment, que avalia qual é o nível de aderência de uma empresa em relação aos pilares da norma. Depois disso, inicia-se o processo de implementação, que leva de quatro a oito meses, dependendo do nível de complexidade e da maturidade da empresa em relação ao tema. Quando o sistema de gestão fica pronto, uma certificadora faz a auditoria de certificação, que, se aprovada, emite o atestado de conformidade da ISO 56.002.

**No Brasil** - No total, quatro empresas brasileiras já adotaram a ISO 56.002. A primeira foi a MZF4, indústria de transformação do ramo de nylon localizada na capital paulista. Na mesma época, a CSI Locações, empresa de locação de equipamentos de Fortaleza, no Ceará, também conquistou o atestado de conformidade nessa norma.

A terceira empresa foi a PALAS, que decidiu experimentar esse modelo de gestão em seus próprios processos. "Mesmo sendo especialistas em inovação e tendo participado da formatação da norma, notamos muitos ganhos ao realizar a nossa própria implementação, como por exemplo, a definição de metas e a melhor gestão dos riscos do negócio", destaca Pierro.

A empresa mais recente, que fechou o ciclo do primeiro ano de publicação da ISO 56.002, que foi publicada em julho de 2019, foi a Atento, uma das maiores empregadoras do Brasil, multinacional do ramo de contact center. "Hoje, podemos dizer que inovação faz parte de nossa cultura e está entre as principais prioridades de investimento da empresa, com objetivo de aprimorar nossa oferta e trazer os melhores resultados para os nossos clientes", destaca Maurício Castro, diretor da empresa.

Muito em breve, mais uma empresa receberá o atestado de conformidade nessa norma. Dessa vez, no ramo de tecnologia. E, ao que tudo indica, em 2021, serão muitas outras, já que há muitas empresas interessadas na implementação. Os benefícios são enormes. "Além de se tornar uma referência em inovação, a maior vantagem do processo de implementação dessa norma é transformar ideias em resultados. Infelizmente, vemos muitas empresas gerarem ótimas ideias, mas que, por falta de processos, acabam nunca saindo do papel. Com a ISO 56.002, as ideias são levadas à sério. Colocamos a criatividade para emitir nota fiscal", enfatiza Pierro.

**** Sócio-fundador da PALAS.***

# Estados Unidos e a eficácia de tornar o investidor imigrante em trunfo do desenvolvimento do país

*Bruna Allemann**

A imigração sempre foi um dos pilares do sucesso americano. Os melhores, e mais brilhantes, deixam suas terras natais para buscar o sucesso nos Estados Unidos, e muitos deles conseguem. Na verdade, os imigrantes ou seus filhos estabeleceram 44% de todas as empresas Fortune 500. E essa lista inclui nomes como Apple, Bank of America, AT&T® e Costco.

O programa de visto EB-5 continua essa tradição permitindo que indivíduos, de alto patrimônio, muitos deles empreendedores de sucesso em seus países de origem, tragam seu capital e experiência para a américa. E isso, por sua vez, ajudam os mercados a manter sua competitividade mundial. Existe um fato, quando se trata de investir no EB-5, e da economia americana. Se o projeto não criar, pelo menos dez novos empregos americanos, em tempo integral por pelo menos dois anos consecutivos, essa pessoa não receberá um Green Card permanente para si, seu cônjuge e filhos solteiros menores de 21 anos. Porque eles são desenvolvedores de negócios e criadores de empregos. Ou seja, investidores de EB -5 são um grande trunfo para os EUA

Os benefícios diretos do investimento EB-5 são relativamente fáceis de medir. Já os indiretos, são mais difíceis de quantificar, mas ainda assim substanciais. Milhões de americanos são beneficiários indiretos do programa, embora tenham pouca ideia da fonte de capital que torna suas vidas mais ricas e gratificantes.

A criação de empregos adicionais ocorre nas indústrias de serviços que atendem aos trabalhadores dos centros regional, como corretores de imóveis, restaurantes, lojas de varejo, barbearia e salões de beleza. A lista não tem fim. Os serviços de apoio comercial local, como agências de seguros, agências de emprego, empresas de gestão e outras também se beneficiam indiretamente dos investimentos vindos através do visto EB-5.

Não vamos esquecer dos benefícios econômicos dos próprios investidores, que são consideráveis. Primeiro, a maioria desses imigrantes compra casas nos EUA, que devem ser mobiliadas. Eles adquirem veículos, roupas, eletrônicos, gastam dinheiro em férias e entretenimento, fazem investimentos, pagam mensalidades e ajudam a impulsionar a economia. Obviamente, eles devem pagar taxas legais aos advogados de imigração para orientá-los no processo de visto. Outro benefício indireto é que esses investidores EB são menos propensos a se tornarem um "fardo" para o governo, buscando ajuda através do Medicaid ou requisitando serviços semelhantes.

Os EUA não são o único país desenvolvido a tentar atrair investidores abastados. Austrália, Espanha e Reino Unido são apenas alguns países com programas semelhantes ao EB-5. Embora os EUA sejam há muito o principal destino de investidores estrangeiros ricos, o fato é que a carteira de candidatos e os anos de espera resultantes podem tornar outros países mais atraentes. Em alguns países, leva apenas alguns meses, em vez de anos, para obter a tão sonhada naturalização.

Além disso, esses investidores costumam ter negócios em seus países de origem e certamente se envolverão no comércio entre suas terras natais e adotadas. Esse é apenas um exemplo de como o programa de visto EB-5 ajuda os mercados dos EUA a permanecerem competitivos globalmente.

Os Estados Unidos se beneficiam quando estrangeiros vão para lá e não para outros mercados. Apenas 10 mil pessoas anualmente podem se inscrever no programa de visto EB-5. Embora a imigração seja um tema polêmico nacionalmente, deve-se lembrar que esses candidatos trazem fundos e conjuntos de habilidades, que claro envolve o conhecimento financeiro, colaborando para que o país se torne ainda mais estável.

E esse cenário próspero pode ser repetir também em outros países, desde que saiba tornar, a arte de imigrar, em uma inteligência capitalista forte.

**Atuou dez anos no mercado de crédito e investimentos para clientes de alta renda, auxiliando os médios e grandes empresários principalmente dos setores de agronegócio e comércio exterior. Atualmente auxilia brasileiros a internacionalizar e dolarização de patrimônio, imigração através de investimentos e gestão de recursos offshore como Diretora de Investimentos e Capital Markets de uma grande empresa americana.*

# Mudança no local do recolhimento do Imposto sobre Serviço

*Angelo Ambrizzi**

O Brasil acaba de dar um importante passo rumo à igualdade fiscal na arrecadação do ISS, bem como, a desburocratização do sistema Tributário deste tributo de competência Municipal. Para isso, a Lei Complementar 175, recém-sancionada pelo Presidente da República, estabelece novas regras para o local onde este imposto deve ser recolhido.

A regra geral existente é que o ISS será recolhido para o Município onde está o estabelecimento prestador, no entanto, com a alteração legislativa mencionada, o imposto deverá ser recolhido para o Município onde o serviço será prestado. Os serviços que sofrerão esta alteração são os de plano de saúde, médico-veterinários, de corretagem, arrendamento mercantil, franquia, faturização, administração de fundos, consórcios e cartões de crédito ou débito. Mas, afinal, o que isso representa na prática?

O primeiro passo para entender essa mudança é saber como funciona o sistema de arrecadação do ISS das cidades brasileiras. Cada município é livre para determinar as alíquotas de ISS dos serviços prestados em seu território variando entre 2% e 5%. Desta forma, se existe a necessidade de atrair algum tipo de atividade para o local, pode-se reduzir as alíquotas de ISS, tornando aquele município mais atrativo para as empresas prestadoras de serviços.

A grande maioria das empresas estão localizadas em grandes centros urbanos, fazendo com que a arrecadação do ISS seja maior nesses municípios já que a regra é recolher o ISS no local da sede da empresa e não no local da prestação dos serviços. Esta sistemática privilegia certos municípios em detrimento de outros.

Agora, parte das regras mudaram. Se o recolhimento do ISS, para aquelas atividades narradas, será feito no município da prestação do serviço, aqueles com maior índice populacional poderão ver sua arrecadação aumentar substancialmente.

Se, por um lado, a lei anima muitos municípios, por outro, empresas alegam que a alteração das alíquotas será amarga para o consumidor, podendo ocasionar aumento no preço dos serviços em algumas regiões. Porém, como a variação das alíquotas é relativamente pequena, acredito que o impacto no custo final não será significativo. O mais importante nesse momento é que os prestadores de serviço simulem em suas operações esta nova regra tributária verificando se haverá impacto positivo ou negativo nos preços praticados.

Por fim, considero que um dos pontos mais positivos da Lei Complementar 175 é a possibilidade de desburocratizar a tributação brasileira para as empresas prestadoras de serviços. Com ela, nós teremos uma padronização nacional das obrigações acessórias Municipais, que dizem respeito à declaração de faturamento das empresas para as prefeituras. Aguardo o lançamento do sistema unificado, em que as empresas irão registrar seus deveres acessórios indicando o local do recolhimento do tributo. Trata-se de um avanço no âmbito tributário Municipal que facilitará o dia a dia da contabilidade e do empreendedor. É disso que o país mais precisa nesse momento: soluções que visem simplificar o dia a dia do empresário e equalizar a arrecadação dos Municípios. Este é um caminho interessante para acelerar a retomada do crescimento econômico para 2021 e ainda mais nos próximos anos!

**Advogado especialista em Direito Tributário pelo IBET, APET e FGV com Extensão em Finanças pela Saint Paul e em Turnaround pelo Insper e Líder da área tributária do Marcos Martins Advogados.*

# Por que taxar mais ricos pode ser saída para países endividados após pandemia, na visão do FMI

*Relatório do Fundo Monetário Internacional afirma que governos deveriam considerar aumentar 'progressividade de impostos sobre grupos mais afluentes e menos afetados'*

De acordo com o relatório "Monitor Fiscal", divulgado pelo FMI, em Washington, um caminho para os países responderem ao desafio da retomada da economia, mantendo as necessárias medidas de apoio em meio a crescente déficit nominal e dívida pública e queda acentuada de receita, seria aumentar os impostos sobre os mais ricos.

Segundo o FMI, os governos deveriam considerar tanto ações para aumentar o cumprimento de obrigações tributárias quanto a "progressividade de impostos sobre grupos mais afluentes e menos afetados".

Entre as opções estariam aumento de impostos para faixas de renda mais altas, ganhos de capital, propriedades de luxo e fortunas. O relatório diz também que o preço mais baixo do petróleo "facilita um aumento de impostos (ou redução de subsídios) sobre combustível, o que, em mercados emergentes e economias em desenvolvimento, irá impactar principalmente os mais ricos".

O FMI sugere ainda que os países considerem a possibilidade de reformas para "modernizar a tributação de empresas". Isso incluiria um modelo de "tributação corporativa internacional com uma base cooperativa multilateral para responder aos desafios da economia digital". Segundo os autores do relatório, um modelo que "capture apropriadamente os lucros muito altos de empresas em uma economia em rápida transformação", incluindo aquelas que tiveram ganhos excessivos durante a pandemia, poderia ajudar a financiar áreas prioritárias, como redes de proteção social e saúde, durante uma crise que afetou desproporcionalmente os segmentos mais pobres da sociedade.

## ENDIVIDAMENTO

O relatório revisa o estado das finanças públicas ao redor do mundo. A pandemia de covid-19 e as medidas de lockdown adotadas em vários países para tentar conter o avanço do coronavírus motivaram ações fiscais descritas pelo FMI como "sem precedentes", metade das quais envolvia aumento de gastos ou redução de receita, incluindo cortes de impostos temporários.

Segundo o FMI, o tamanho e a rapidez dessa resposta por parte dos governos foram cruciais para "salvar vidas, apoiar pessoas e empresas vulneráveis e mitigar o impacto na atividade econômica".

No entanto, os economistas ressaltam que as consequências da crise para as finanças públicas, combinada com a perda de receita, foram enormes. O resultado é uma dívida pública global de 98,7% do PIB neste ano (um recorde, segundo o FMI, e um aumento de mais de 15 pontos percentuais em relação a 2019). O FMI projeta que a dívida pública se estabilize ao redor de 100% do PIB até 2025.

No Brasil, a dívida pública bruta chegará a 101,4% do PIB neste ano segundo a projeção do FMI, crescimento significativo em relação aos 89,5% do ano passado. Segundo o Banco Central brasileiro, a dívida bruta chegou a 88,8% do PIB em agosto. Mas o FMI e o governo usam critérios critérios diferentes no cálculo, o que impede comparações.

PUBLICIDADE

O FMI também projeta que o déficit nominal do Brasil chegará a 16,8% do PIB neste ano, um salto de mais de 10 pontos percentuais em relação aos 6% do ano passado.

Para a América Latina como um todo, a projeção do FMI é de déficit nominal de 11,1% do PIB e dívida pública de 81,6%. Nas economias avançadas, o déficit deve chegar a 14,4%, e a dívida pública a 125,5%.

## RETIRADA PREMATURA

Apesar de as medidas e gastos dos governos terem sido essenciais para enfrentar a crise, o impacto da pandemia continua a ser sentido globalmente. O PIB mundial sofrerá recuo de 4,4% em 2020, segundo o FMI.

Para a economia brasileira, a projeção é de recuo de 5,8% neste ano.

Os níveis de desemprego e desigualdade vêm crescendo ao redor do mundo, e pelo menos 90 milhões de pessoas serão empurradas para situação de extrema pobreza (definida como renda diária de até US$ 1,90, ou cerca de R$ 10) por conta da crise. O risco de desnutrição também está aumentando, e o acesso a saúde e educação é "problemático para segmentos importantes da população".

Com isso, o FMI adverte que ainda é muito cedo para suspender as medidas de apoio e que muitos países precisarão encontrar maneiras de "fazer mais com menos", priorizando gastos e aumentando a eficiência.

Segundo o FMI, os altos níveis de dívida pública não são o risco mais imediato. "A prioridade no curto prazo é evitar a retirada prematura de apoio fiscal", diz o relatório.

"O apoio deve continuar até pelo menos 2021, para sustentar a recuperação e limitar impactos de longo prazo", afirmam os economistas, lembrando que ainda restam muitas incertezas sobre o curso da pandemia e a recuperação econômica.

As medidas adotadas desde o início da pandemia variaram ao redor do mundo, e incluem benefícios de desemprego e subsídios de salários, empréstimos, garantias, injeções de capital pelo setor público e diversas outras ações, que foram moldadas por características específicas de cada país, entre elas os níveis de dívida pública e privada.

O FMI ressalta que programas de transferência de renda "foram vitais para os mais pobres" e que benefícios de desemprego foram cruciais pessoas que perderam seus empregos.

## RECUPERAÇÃO

Segundo os autores do relatório, quando a pandemia estiver sob controle, "os governos precisarão promover a recuperação enquanto, ao mesmo, tempo enfrentam os legados da crise, incluindo grandes déficits fiscais e altos níveis de endividamento público.

O alcance do estímulo ou o ritmo do ajuste fiscal dependerão das condições de cada país, especialmente da gravidade da recessão e do volume de desempregados.

O relatório ressalta que, em momentos de incerteza macroeconômica elevada, como o atual, o investimento público age como catalisador para que o investimento privado possa decolar e pode ter um "impacto poderoso no crescimento do PIB e do emprego".

# Telemetria garante uso confiável e eficaz de veículos elétricos

***Desempenho da bateria em tempo real e localização de estações de carregamento, ainda são um desafio para mobilidade gerenciada, no entanto, há tecnologias especificas que proporcionam segurança***

Acessíveis e sustentáveis, os veículos elétricos já são bem aceitos por boa parte da sociedade. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas no país no primeiro semestre de autos e comerciais leves eletrificados (100% a bateria, híbridos plug-in e híbridos não plug-in) apresentaram um aumento de 221% comparado ao mesmo período do ano passado.

Mais econômicos em combustível, manutenção e com menos emissão de poluição, até mesmo sonora, os carros elétricos são bastante atrativos. E até passaram a influenciar novas construções imobiliárias, que possuem vagas com tomadas para abastecimento. Mas não é só para uso pessoal que eles têm sido usados, muitas empresas já estão em transição para a opção mais sustentável.

No entanto quando se trata da mobilidade de gerenciamento ainda existem alguns desafios, pois os eletrificados não seguem os padrões de dados telemáticos tradicionais. Daniel Schnaider, CEO da Pointer By PowerFleet Brasil, líder mundial em soluções telemétricas explica quais devem ser as soluções especificas para um desempenho completo e seguro e como elas devem ser fornecidas de forma correta. No Brasil a empresa, liderada por ele oferece as soluções para carros elétricos dentro de categorias que englobam segurança, proteção e gestão de frotas, portanto, seguem alguns pontos importantes destacados pelo CEO e especialista em tecnologias disruptivas.

**Recarga e bateria**

- Um dos maiores desafios dos veículos elétricos é a bateria, saber quanto ela vai durar precisamente. Com o mapeamento de todas estações de recargas, mais a precisão de dados que a telemetria fornece da bateria podemos assegurar qual o intervalo de condução entre um ponto de recarga e outro. Dados em tem real também permitem altas taxas de utilização, identificar quais veículos estão sendo carregados ativamente e minimizar o tempo de inatividade daqueles que estão sendo carregados com níveis e cargas insuficientes, otimizando assim todas as operações.

**Manutenção da carga**

- Para gestores de frotas e para a empresa é muito importante ter a certeza de que cada veículo em serviço esteja em bom estado (neste caso mais especificamente a carga) e que esteja programado para ser recarregado em horários mais eficientes e fora de pico. Além, claro de garantir a segurança dos motoristas que saberão exatamente onde e quando carregar seus veículos. As informações coletadas permitem aos gerentes de frotas a manutenção preventiva, o que garante a logística continua e prolonga a vida útil dos veículos. Além do histórico de onde o veiculo foi carregado, o que também fornece dados valiosos sobre o uso da bateria, desempenho e integridade da carga.

**Otimização de frotas**

- Para que os carros elétricos tenham uma performance de excelência não basta garantir a manutenção e carga, é preciso integrar motorista ao veículo, otimizar rotas às estações de recarga, calcular melhores horários de parada, entre outras coisas. A Pointer disponibiliza consultores preparados para ajudar as empresas a otimizarem suas frotas dentro deste novo contexto com a coleta e análise de dados que fornecerão percepções de melhores custos de eletricidade, estações, horas recomendadas para carregamento, avaliação do desempenho dos veículos, etc. Bem como, a redução de custos com o diagnóstico do veículo por consumo e saúde da bateria, prevenção de acidentes, redução de furtos e roubos, fraudes e monitoramento da carga em geral.

Ainda, dentro do que a tecnologia dispõe para os veículos elétricos estão aplicativos ou acesso pela internet que proporcionam à empresa ou gestor visão total de sua frota, bem como assistência, caso precisem. Entre as especificações que garantem a segurança e confiabilidade de um percurso a todos envolvidos no processo estão: monitoramento do nível de bateria e status da carga em tempo real; monitoramento da saúde da bateria; monitoramento do consumo de energia; indicação do tempo restante de carga; indicação da distância restante; indicação de localização de estações de carregamento disponíveis, incluindo navegação; horas recomendadas de recarregamento; informações de veículos conectados a carregadores.

# Projetos de saneamento autorizados pelo MDR a levantar recursos privados já captaram R$ 3,4 bilhões

*No total, mais de 53 milhões de pessoas devem ser beneficiadas com as obras. Geração de empregos pode chegar a 162,6 mil*

Os projetos de saneamento básico autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) a levantar recursos privados por meio de debêntures incentivadas já captaram mais de R$ 3,4 bilhões para sua execução. No total, mais de 53 milhões de pessoas devem ser beneficiadas com as obras e o número de empregos gerados pode chegar a 162,6 mil.

Dos 22 empreendimentos que compõem a carteira da Pasta, 18 já tiveram debêntures emitidas e quatro estão em fase de emissão. As debêntures são títulos privados de renda fixa que permitem às empresas captar dinheiro emprestado de investidores para financiar projetos na área de infraestrutura. No caso das incentivadas, significa que há incentivo fiscal por meio da isenção de Imposto de Renda e de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

"É fundamental ampliarmos as opções de investimentos para a área do saneamento no Brasil e, com isso, melhorar e expandir a prestação de serviços essenciais", destaca o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. "Com o Marco Legal do Saneamento Básico já aprovado, nosso objetivo é buscar soluções que possibilitem ampliar o investimento privado. Essa participação é muito importante para atingirmos a meta de universalizarmos o serviço para a população brasileira até 2033", aponta.

Para que os projetos de saneamento possam captar recursos por meio de debêntures, é necessário que eles sejam enquadrados como prioritários pelo MDR. A autorização mais recente foi dada ao estado do Rio de Janeiro para ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim.

Este tipo de medida é decorrente da publicação da Portaria nº 1.917/2019, que atualizou os requisitos e procedimentos para aprovação e acompanhamento dos projetos prioritários de saneamento básico no País. A norma trata da emissão de instrumentos do mercado financeiro – como debêntures, certificados de recebíveis imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios – para financiar iniciativas consideradas prioritárias pelo Governo Federal.

Os 22 projetos prioritários de saneamento básico em andamento estão em 13 estados: Amazonas, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco. As iniciativas envolvem ações relacionadas a abastecimento de água e esgotamento sanitário.

# A importância da auditoria digital na Era da Transformação

*Claudio Camargo**

As organizações continuam a investir fortemente em novas tecnologias para aproveitar a transformação digital em larga escala evoluindo radicalmente os modelos de negócios tradicionais.

Isso pode ser visto em um mundo repleto de novos avanços tecnológicos e que está cada vez mais conectado por dados. Os exemplos incluem o aumento da mídia sob demanda, a automação cada vez mais difundida, a inteligência artificial e a tecnologia de drones.

Dentro do mundo corporativo, essa transformação criou uma mudança fundamental em muitas empresas que tradicionalmente não são percebidas como empresas digitais. Essas organizações, no entanto, entendem que sua transformação digital é um imperativo e uma mudança cultural significativa que gera valor. Elas sabem que precisam liderar esse movimento para não serem ultrapassadas e estão priorizando investimentos em novos sistemas e tecnologia de análise de dados para entender melhor seus negócios e as necessidades dos mercados que atendem.

Embora não faça parte da organização, quem está mais bem posicionado para observar essa mudança do que o auditor? Os auditores têm um lugar na primeira fila dessa transformação em larga escala e são diretamente afetados pela evolução dos ambientes operacionais, interrupção do ciclo de negócios, mudanças nos modelos organizacionais e a digitalização geral dos processos.

**A transformação digital da auditoria**

Como a digitalização das empresas gera cada vez mais dados, as atividades e procedimentos de auditoria precisam evoluir. Esse volume crescente de informações precisa ser usado de forma eficaz para fornecer auditorias de alta qualidade e permitir que os auditores coloquem maior ênfase na identificação de riscos e na percepção do negócio. O grande volume e o potencial inexplorado de dados gerados pelas novas tecnologias impulsionam a necessidade da digitalização contínua da auditoria.

Semelhante às organizações corporativas, as empresas de auditoria precisam abordar como a transformação irá alterar sua abordagem para fazer negócios. Por exemplo:

- Uma plataforma tecnológica poderia ser desenvolvida para conectar grandes equipes de auditoria em diferentes locais entre si e com as empresas auditadas?
- Como o potencial de uma auditoria digital conectada pode ser realizado por meio da centralização, padronização e automação?
- Como a análise de dados pode ser integrada à auditoria?
- Como os auditores podem obter valor por meio da inovação para as empresas que estão sendo auditadas?

Ao aproveitar a conectividade e a percepção aprimoradas pela tecnologia, as partes interessadas têm mais confiança nos relatórios financeiros das empresas auditadas. As equipes de administração e finanças da empresa podem experimentar uma auditoria que seja mais eficaz, e os comitês de auditoria podem se beneficiar de maiores percepções de risco e novas perspectivas.

A auditoria baseada em dados possibilita que os auditores analisem todos os registros contábeis, em vez de amostragem e teste. Quando os auditores são capazes de se aprofundar em uma única linha e utilizar os principais indicadores de desempenho para vários aspectos das operações, bem como variações, relacionamentos, padrões e anomalias, eles podem oferecer à Administração das empresas auditadas uma perspectiva nova e objetiva, além de ajudar a otimizar as operações das empresas.

Mais do que uma transformação em tecnologia, esta é também uma transformação na forma como os auditores fazem o seu trabalho. Ele melhora a conectividade, usa a automação para ajudar a aumentar o tempo focado em áreas que exigem julgamento e ajuda a melhorar a análise e a percepção.

Ao mesmo tempo em que a COVID-19 mudou repentinamente o ciclo normal das rotinas contábeis e relatórios para empresas em todos os lugares, a turbulência econômica ressaltou a importância crítica de informações financeiras confiáveis e prontamente disponíveis para investidores e outras partes interessadas.

Em função da mudança de cenário por conta da pandemia, é essencial que as equipes de auditoria tragam objetividade e uma mentalidade cética para a auditoria - um compromisso de ver processos antigos com novos olhos e construir um mundo de negócios melhor, com base na confiança.

**Sócio-líder de Auditoria da EY Brasil.*

EY
Building a better working world

# O futuro impacta você ou você impacta o futuro?

Em uma era em que a inovação contínua é vista como essencial, aceitar as oportunidades que as novas tecnologias oferecem está ajudando a redefinir a natureza e o futuro da auditoria, promovendo o acesso a *insights* valiosos que nunca tivemos no passado. Descubra mais em **ey.com/pt_br/technology**.

Quanto melhor a pergunta, melhor a resposta. E melhor se torna o mundo de negócios.

© 2020 EYGM Limited. Todos os direitos reservados.

# Mercado da habitação deve estar presente nos planos de recuperação econômica do Brasil, diz relatório internacional

## *Relatório revela que os países subestimam a contribuição da habitação para o PIB*

O Brasil e outras economias emergentes, que lutam para se recuperar da pandemia da COVID-19, podem estar subestimando significativamente a contribuição de seus setores de habitação para o Produto Interno Bruto (PIB) e, como resultado, estão perdendo oportunidades de recuperação econômica, social e sanitária.

É o que indica o relatório publicado pela organização internacional Habitat para a Humanidade, em que é possível refletir a real contribuição da habitação para o PIB através da utilização de padrões de cálculo internacionalmente aceitos.

Mário Vieira, Diretor Executivo da Habitat para a Humanidade Brasil, explica que o relatório *"Cornerstone of Recovery: How housing can help emerging market economies rebound from COVID-19"* analisa os dados habitacionais presentes no PIB do Brasil, Peru, México, Egito, Índia, Indonésia, Quênia, Filipinas, África do Sul, Tailândia e Uganda.

O objetivo era dimensionar o papel da habitação nas economias, representando tanto o investimento em habitação como o consumo habitacional. Para isso, os dados do PIB foram examinados detalhadamente e analisado se esse setor poderia realmente sustentar a recuperação econômica dos países; levando-se em consideração que ao mesmo tempo em que a economia seria ativada, as famílias de baixa renda estariam melhorando seus lares para casas mais seguras e saudáveis e, assim, contribuiriam para reduzir a disseminação da COVID-19.

"Os resultados são reveladores: os dados do mercado habitacional sobre o PIB em países de renda média e baixa costumam ser incompletos ou imprecisos. Os esforços para medir a contribuição deste setor para a economia têm se concentrado principalmente nos países desenvolvidos ", afirma Ernesto Castro-García, Vice-Presidente de Área para a América Latina e o Caribe, da Habitat para a Humanidade Internacional.

A inclusão dos serviços e componentes da habitação informal, muitas vezes esquecida, revela que o setor habitacional representa em média até 16,1% do PIB nos 11 países analisados. Isso coloca este setor em pé de igualdade com outros, como a manufatura, que tendem a atrair muito mais atenção nos planos de recuperação econômica.

De acordo com o relatório, que parte do pressuposto de que as estatísticas oficiais incluem em média apenas metade do mercado habitacional informal (no qual as famílias melhoram suas casas progressivamente), isso poderia contribuir com um adicional de 1,5% a 2,8% ao PIB, se devidamente contabilizado.

"No Brasil, os serviços habitacionais representam US $ 278,4 bilhões, 15,5% do PIB. Em geral, se fosse incluída a possível subcontagem do imenso setor habitacional informal presente no país, a contribuição da habitação para o PIB poderia chegar a 21,8% ", afirma Mário Vieira.

**Importância despercebida.** Embora as intervenções no setor habitacional possam produzir grandes efeitos de estímulo econômico e melhorar as condições de saúde das famílias, elas não são usadas com destaque pelos governos. Prova disso é que dos 196 países com respostas econômicas à COVID-19, analisadas pelo Fundo Monetário Internacional, apenas 22 nações incluíram explicitamente iniciativas habitacionais. Dos países analisados no estudo, apenas Egito, Índia e México apresentaram planos habitacionais em suas propostas.

"O setor habitacional deve fazer parte dos planos de recuperação econômica dos países. Pela nossa experiência, sabemos que investimentos em moradias saudáveis e seguras trazem benefícios maiores do que o esperado: criam empregos, geram renda, movimentam a economia e, principalmente neste momento de pandemia, ajudariam a evitar a superlotação que torna as comunidades mais vulnerável ao vírus ", indica Mário Vieira.

Os autores do relatório recomendam a promoção de políticas de estímulo que, em cooperação com os setores internacional e privado, se concentrem nas famílias de baixa e média renda e, ao mesmo tempo, incluam os mercados formais e informais, aluguel de moradias e organizações comunitárias. Além disso, enfatizam ações de curto prazo para disponibilizar terrenos adequados para habitação; acesso aberto a financiamento para desenvolvedores, famílias e proprietários; fornecer subsídios equitativos às famílias; e oferecer incentivos para credores e construtores.

**Realidade da habitação.** Segundo dados da CEPAL, na América Latina e no Caribe quase 100 milhões de pessoas (21% da população urbana) vivem na pobreza, em moradias ou assentamentos inadequados, com pouco acesso a água potável e saneamento.

No Brasil há déficit de 7 milhões de habitações, 90% correspondem a pessoas que ganham menos de US $ 1.000 por mês. Estima-se que 52 milhões de brasileiros vivam em condições inadequadas. Segundo dados de diferentes fontes, 35 milhões de pessoas nas áreas urbanas não têm acesso à água potável, 14 milhões não têm serviço de coleta de lixo e 100 milhões não têm rede de esgoto.

# BlueTrade mira R$ 15 bilhões em ativos até o final de 2021

***Para isso, o escritório vai continuar com a fórmula que o ajudou a ser um dos três maiores entre os escritórios autônomos da XP Investimentos; vai contratar ao menos 100 assessores***

A assessoria de investimentos BlueTrade espera mais do que dobrar seu valor de ativos sob custódia até o final de 2021. O objetivo é chegar aos R$ 15 bilhões, e, para isso, ao menos 100 novos assessores devem ser contratados, fazendo desta uma das maiores contratações da área de agentes autônomos da história da XP Investimentos.

"Vamos continuar seguindo a fórmula de mercado que trouxe sucesso para a BlueTrade, que é investir na contratação de profissionais com experiência, principalmente ex-gerentes de bancos que contam com uma carteira de clientes consolidada", explica Wagner Vieira, sócio fundador da BlueTrade, um dos três maiores escritórios autônomos da XP Investimentos.

A contratação dos 100 novos assessores trará consigo a geração de outras vagas que devem ser oferecidas para acompanhar o crescimento da empresa. A expectativa é que o número de *brokers*, por exemplo, seja dobrado. Com isso, a assessoria de investimentos deve saltar de um total de 200 pessoas atuando em diferentes cargos hoje para, pelo menos, 400 até o final de 2021.

Um dos principais focos da expansão da BlueTrade é o Rio de Janeiro, primeira capital a contar com um escritório da empresa. De acordo com Wagner, a expectativa é de que sejam captados ao menos R$ 2 bilhões na cidade até o final de 2021. A estrutura física do novo escritório está em fase de acabamento e a contratação de assessores está a todo vapor.

Fundada no interior de São Paulo, na cidade de Franca, a empresa mostrou que o crescimento no mercado financeiro não é delimitado pelas barreiras geográficas e que investir é algo mais acessível do que nunca. "Não existe região, mostramos que não é preciso estar em um grande centro ou uma capital para crescer e se destacar no mercado financeiro", afirma Wagner.

Atualmente a BlueTrade atende cerca de dez mil clientes ativos e tem R$6 bilhões sob custódia. Foram 8 anos para atingir a marca de R$ 1,5 bilhão sob custódia, 1 ano para atingir R$ 3 bilhões e mais outro ano para chegar aos quase R$ 6 bilhões atuais.

"Nosso crescimento tem sido vertiginoso, estamos dobrando a cada ano e tudo sem perder a qualidade", conta Wagner, ressaltando a nota da BlueTrade no Net Promoter Score (NPS), que é de 94,5, uma das maiores dentre todos os escritórios da XP Investimentos. O NPS é uma metodologia de satisfação desenvolvida para avaliar o grau de fidelidade dos clientes de qualquer perfil de empresa. "É difícil uma empresa que cresça como crescemos e que continue com um NPS tão alto", comenta o sócio fundador.

Hoje, a BlueTrade conta com escritórios nas cidades paulistas Franca, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, e nas mineiras Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas. Em 2021, além da consolidação do escritório no Rio de Janeiro, há planos de chegar também a São Paulo.

## GREE

A Gree Electric Appliances, maior fabricante global de ar-condicionado, está lançando no Brasil o novo ar condicionado G-Prime, primeiro aparelho com capacidade de 37.000 BTU/h e maior eficiência energética na linha piso teto aprovado pela Inmetro, disponível também na versão 56.000 BTU/h. Esse lançamento é um marco no setor de refrigeração no Brasil.

O G-Prime chega para ampliar a linha de produtos do segmento comercial leve, trazendo inovação, economia e conforto para ambientes comerciais. O produto, que possui tecnologia exclusiva da Gree, traz como novidade um alcance de ar de 17 metros, com uma vazão 20% maior que o convencional, garantindo um resfriamento mais rápido do espaço.

O novo modelo da marca, diferente da maioria dos produtos do mercado, traz versatilidade na instalação que pode ser feita tanto no piso quanto no teto, se adequando facilmente em qualquer ambiente. Outro benefício oferecido pelo G-Prime é a opção de renovação do ar, essencial para garantir a circulação evitando a concentração de poluentes.

"O G-prime foi desenvolvido com tecnologia de ponta para trazer em um só produto solução, inovação e economia, dessa vez na versão piso teto. Suas funcionalidades exclusivas no mercado foram desenvolvidas para os clientes do mundo todo, para que possam ter a melhor experiência e eficiência", afirma o Diretor Comercial da Gree Brasil, Alex Chen.

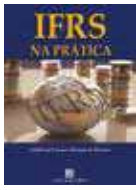
## GOV. FEDERAL E TURISMO

O Ministério do Turismo disponibilizou, até o momento, mais de R$ 2 bilhões em crédito para empreendedores do setor de turismo, principalmente para micro e pequenas empresas. Com estes recursos, a estimativa é de que mais de 26 mil empregos tenham sido preservados. Por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), outros R$ 3 bilhões ainda estão disponíveis para apoiar o setor, inclusive, no período de alta temporada, que se inicia com o verão.

Além do Fungetur, em apoio ao setor, o Governo Federal concedeu, neste ano, outros R$ 10,9 bilhões em linhas de crédito para capitalizar serviços turísticos. Os recursos já estão na conta dos empreendedores e foram liberados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Assim, em 2020, até agora, foram garantidos R$ 12,9 bilhões para socorrer empresas do setor de turismo, um dos mais afetados pela pandemia de Covid-19.

"Esse suporte aos empreendedores do setor mostra o compromisso do Governo Federal e do presidente Jair Bolsonaro com a sobrevivência de empresas e atrativos turísticos e, consequentemente, com a manutenção de empregos em todo o país", destacou o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

## ANDERSON FUMAUX




A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) se tornou essencial para minimizar as divergências nas práticas contábeis diversas adotadas pelos países, contribuindo para a padronização da apresentação das demonstrações em todo o mundo, aumentando a confiabilidade, a qualidade e a transparência das informações para os investidores.

Nesse contexto, a obra "IFRS NA PRÁTICA", de Anderson Fumaux, apresenta de forma simples e ilustrativa os principais aspectos das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) mais utilizadas pelas empresas com o objetivo de facilitar o processo de entendimento e aprendizado de profissionais, alunos e demais interessados na temática.

O enfoque na prática faz toda a diferença, pois os exemplos e exercícios resolvidos apresentados possibilitam um olhar diferenciado sobre cada tema.

O livro produzido pela **Freita Bastos Editora** pode servir como apoio a estudantes de graduação, pós graduação e concursos públicos bem como por profissionais que queiram se especializar na área.

## MOMA

GERTRUDES ALTSCHUL, FILIGRAMA, C. 1950, VINTAGE

O MoMA (Museu de Arte Moderna de Nova York) finalmente anuncia a exposição "BRAZILIAN MODERNIST PHOTOGRAPHY, 1946–1964", a ser realizada de março a junho de 2021.

Desde 2015 venho acompanhando a curadora Sarah Meister nas pesquisas sobre os artistas e na busca das fotografias que compõe a exposição. A fotógrafa Gertrudes Altschul terá destaque na mostra, assim como Marcel Giró, Eduardo Salvatore e Paulo Pires. As fotografias e as biografias desses autores estão publicadas no site isabelamado.com.br

## IBEMA

A Ibema, uma das empresas protagonistas do mercado global de embalagens, lançou a sua nova logomarca, novo portfólio de produtos e anunciou ao mercado o seu novo posicionamento. O evento, intitulado "Unbox the future", teve a participação dos seus principais executivos, que falaram para clientes, parceiros brasileiros e estrangeiros e imprensa.

"Somos uma empresa de embalagens apaixonada por desenvolver soluções inteligentes e de qualidade, criadas em parceria com brand owners, gráficos e distribuidores, para gerar valor ao consumidor final". O novo posicionamento, anunciado pelo Diretor Comercial Júlio Guimarães, é resultado de um trabalho de mais de um ano de análises, entrevistas e estudos com os players que circundam a Ibema, inclusive com os seus 800 profissionais alocados em suas quatro unidades – Curitiba (PR), Araucária (PR), Turvo (PR) e Embu das Artes (SP).

Dessa iniciativa, nasceu o novo propósito da empresa e seu manifesto, os quais foram os fios condutores da mudança. "Nosso posicionamento é complementar ao propósito. Ele é dinâmico e, de certa forma, obedece a lógica do mercado, sendo o norte do nosso desenvolvimento, investimentos e, principalmente, inovação. Ele é, basicamente, composto por cinco elementos: marca, contexto competitivo, público, necessidades e diferencial", explica o executivo.

A empresa assume um papel de protagonismo baseado nas novas necessidades de embalagens e relevância da sustentabilidade. "Queremos impactar nossos clientes não somente como fornecedores de papelcartão. Esta é uma mudança profunda em nossa forma de atuação. O mundo precisa de embalagens conectadas com as suas novas necessidades e, acima de tudo, com o planeta. Não podemos ficar apenas olhando. Ampliamos o nosso propósito para podermos impactar mais positivamente o mundo e os seus negócios", esclarece o CEO, Nilton Saraiva.

O movimento foi seguido pela criação de uma nova identidade visual e a reformulação do portfólio de produtos.

## REVISTA PARANAENSE

Publicada pelo Selo Editorial Livros Legais como e-book e no formato físico, a obra traz artigos de acadêmicos que tratam dos mais variados temas relacionados à seara do Direito, incluindo texto do professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto.

O professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto elaborou o artigo "Startup ou empresa inovadora" para o número 5 da Revista da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Lançada como e-book e no formato físico pelo **Selo Editorial Livros Legais**, a obra tem a coordenação de Eduardo de Oliveira Leite e organização de Angela dos Prazeres.

No artigo, o professor e advogado, que ocupa a Cadeira 36 da Academia, traz importante contribuição de uma nova figura concretizada na empresa inovadora "startup", ou seja, empresas que estão no início de suas atividades e que buscam explorar atividades inovadoras no mercado. Aborda como funciona uma startup, para que serve, como surge, sua razão de ser, suas particularidades, as formas de que se pode revestir, seu alcance prático.

Segundo o professor, a startup, identificada pelo mercado como uma empresa nascente, voltada para desenvolver um produto ou serviço na seara das mais recentes inovações tecnológicas, se ressente de tratamento jurídico capaz de diferenciá-la dos demais agentes econômicos iniciantes. "Ainda paira a incerteza quanto a seus resultados, mas esse modelo oferece, como contrapartida, oportunidades para investidores, financiadores e ou parceiros que se disponham a apostar no êxito do negócio à procura de ganhos expressivos", ressalta Gonçalves Neto.

# O cenário da recuperação judicial na pandemia

*Alexsandra Marilac Belnoski**

A recuperação judicial é prevista na Lei 11.101/2005 considerada como um mecanismo de soerguimento da empresa por meio do ingresso em juízo, visando à preservação da empresa, sua função social e manutenção da força de trabalho. Em razão do cenário econômico, muitas empresas se socorreram do instituto, tendo em vista as dificuldades da situação que o país se encontra nos últimos anos.

É necessário dizer que nem todas as empresas estão aptas ao requerimento da recuperação judicial, uma vez que a lei exige alguns requisitos para o seu requerimento, a citar:

(i) exercer sua atividade há pelo menos dois anos;

(ii) não estar falido ou, se já teve sua falência decretada em algum momento, suas responsabilidades precisam estar extintas por sentença transitada em julgado;

(iii) não ter passado por outro processo de recuperação judicial nos últimos cinco anos;

(iv) não ter obtido, nos últimos oito anos, a concessão de um plano especial de recuperação judicial; e

(v) não ter sido condenado por nenhum crime previsto na lei de falências.

Superadas as exigências legais, a empresa promovente da recuperação necessita elaborar um plano recuperacional que será apresentado, visando a demonstrar a sua viabilidade econômico-financeira para aprovação dos credores, sob pena de não aprovação, ser convolado em falência.

Em poucas palavras, o processo de recuperação judicial não é simplista, até mesmo porque, em sendo deferido em juízo, há fases que envolvem os credores e interessados que podem torná-lo intrincado.

Considerando esta conjuntura, os indicadores demonstram que há aumento na busca pela recuperação judicial no Brasil, que, segundo o revelado pelo Serasa Experian para o mês de fevereiro de 2020, o crescimento se deu na ordem de 11% para micro e pequenas empresas. Porém, ao serem analisados os meses subsequentes, em especial o mês de agosto, houve uma retração do pleito de recuperação judicial, sendo que para as grandes empresas os números chegam a 25% e para as médias, 20,8% de recuo.

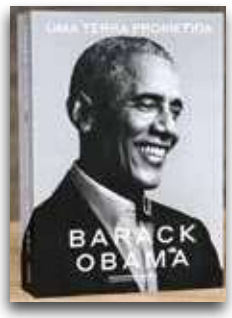
Para os economistas em geral, a retração se deu em face do fomento das negociações extrajudiciais com os credores essencialmente com os bancos. Isso é tido como um facilitador para que se evite a propositura, neste momento, de novas recuperações judiciais, pois, além de renegociação das dívidas, ainda é possível novo acesso ao crédito.

Diante desta situação, não deve ser descartado outro instituto, previsto na Lei 11.101/2005, ou seja, a recuperação extrajudicial que estabelece o diálogo entre devedor e credores para a promoção de um acordo, por meio da homologação judicial.

Por Alexsandra Marilac Belnoski, professora e advogada especialista em Direito Empresarial pela FAE, aperfeiçoamento em Direito da Empresa e Recuperação de Empresas pela Universidade de Coimbra e mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Positivo e sócia do escritório Marilac Advocacia.

**Professora e advogada especialista em Direito Empresarial.*

# Uma Terra Prometida - Barack Obama




Um relato intímo e fascinante da história em formação – feito pelo líder que nos inspirou a acreditar no poder da democracia. Esse livro da **Companhia das Letras**, é o primeiro volume das memórias presidenciais, de Barack Obama, que narra nas próprias palavras, a história de sua odisseia improvável, desde quando era um jovem em busca de sua identidade até se tornar líder da maior democracia do mundo.

Com detalhes surpreendentes, ele descreve sua formação política e os momentos marcantes do primeiro mandato de sua presidência histórica – época de turbulências e transformações drásticas.

Ao refletir sobre a presidência, ele faz uma análise singular e cuidadosa do alcance e das limitações do Poder Executivo, além de oferecer pontos de vista surpreendentes sobre a dinâmica da política partidária dos Estados Unidos e da diplomacia internacional. Obama leva os leitores para dentro do Salão Oval e da Sala de Situação da Casa Branca, e também em viagens a Moscou, Cairo e Pequim, entre outros lugares.

GAIA SILVA GAEDE
ADVOGADOS

- Tributário
- Societário
- Regulatório
- Civil Empresarial
- Trabalhista
- Previdenciário

São Paulo | Rio de Janeiro | Curitiba | Belo Horizonte | Brasília

www.gsga.com.br

# Estudo da UFSCar traça estratégias para aumentar participação em decisões sobre recursos hídricos no Brasil

*Com resultados inovadores, tese recebeu Prêmio Capes na área de Ciências Ambientais*

Como é possível fortalecer a representação e a participação dos segmentos sociais envolvidos nas decisões de gestão de recursos hídricos no Brasil? Essa foi uma das questões que norteou a tese de doutorado desenvolvida por Flávia Darre Barbosa junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAm) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Com foco nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), Barbosa identificou os principais desafios para propor uma nova abordagem do processo participativo na gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil.

A relevância dos resultados fez com que a tese, realizada entre 2015 e 2019, recebesse da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) o Prêmio Capes de Teses - Edição 2020 na área de Ciências Ambientais. O trabalho foi orientado pelo professor Frederico Yuri Hanai, do Departamento de Ciências Ambientais (DCAm) da UFSCar, e coorientado pelo engenheiro Paulo Augusto Romera e Silva (in memorian), do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo.

"O tema gestão de água e recursos hídricos, no Brasil e no mundo, requer muito cuidado, atenção e inovação, sobretudo com o avanço de impactos socioambientais significativos nessa área como, por exemplo, a escassez hídrica e a qualidade da água", defende a autora da tese premiada, que destacou o apoio e os ensinamentos de seus orientadores, imprescindíveis para a qualidade e repercussão de seu trabalho.

Ela explica que os CBHs são fundamentais para o processo participativo em uma gestão efetiva e sustentável dos recursos hídricos, mas que ainda existem grandes desafios a serem superados nos Comitês. "Desafios que envolvem questões políticas e institucionais, instrumentos de gestão, comunicação e informação, qualidade de representação entre outros. Por isso, é preciso continuar fortalecendo os CBHs para que se avance no processo participativo, com ampla participação de todos os segmentos - Poder Público (Federal, Estadual e Municipal); sociedade civil organizada; e dos usuários de água. É preciso inserir a participação popular, da comunidade que está na ponta, que está ao lado do rio que transborda, da água que precisa ser tratada", recomenda.

Nesse sentido, a pesquisa elencou 29 desafios dos CBHs, reunidos em sete grupos estratégicos: Questões políticas institucionais; Institucionalização e atuação do CBH; Instrumentos de gestão dos recursos hídricos; Comunicação, Informação, Conhecimento e Divulgação; Representação e representantes no CBH; Articulações; e Participação no CBH.

Dentro dos sete grupos estratégicos a tese também aponta o que é preciso ser feito para o fortalecimento dos Comitês, como por exemplo, o aumento das articulações com outras políticas públicas; transparência ao processo de gestão; comunicação e divulgação; paridade de representação; equilíbrio entre as organizações que compõem a sociedade civil organizada; parcerias para a gestão da água e dos recursos hídricos; contribuição para instituições com menor capacidade financeira, entre outras ações.

## MÉTODOS E DIFERENCIAIS

Em linhas gerais, explica Barbosa, os CBHs são os colegiados, que dentro do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, devem promover o ambiente de discussão entre sociedade e Estado, nos temas e pautas referentes à gestão da água e dos recursos hídricos. A pesquisa deu ênfase para dois CBHs com métodos diferenciados: um Comitê Estadual (CBH Turvo Grande - em que foi feita observação participante e aplicação de método participativo) e um Comitê Interestadual (CBH Grande- com realização de observação simples). "Mas também foi realizada aplicação de questionários e entrevistas com representantes de CBHs de vários estados brasileiros. Ao todo a pesquisa alcançou 60 CBHs", descreve a pesquisadora.

"As políticas nacional e estaduais de recursos hídricos no Brasil proporcionam o viés participativo na gestão com a criação dos colegiados, como os CBHs, o que é princípio fundamental para uma boa gestão. Porém, a participação na gestão da água vai além do que está proporcionado na legislação, pois deve envolver, e creio que de forma ampla, os representantes e a sua representatividade, os interesses dos diversos setores da sociedade e os interesses da comunidade", defende.

Um dos diferenciais que contribuiu para a premiação da tese foi relacionar esses temas, apresentando uma nova abordagem para compreender o processo participativo, em escalas e graus de participação, além de considerar a representação e a representatividade. "Como a pesquisa foi essencialmente qualitativa, procurei tratar grande parte dos dados com muito rigor, e sem utilizar programas de tratamento de dados e análises estatísticas", destaca Barbosa.

O trabalho "Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil" está disponível na íntegra no Repositório Institucional da UFSCar, em https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11643. Mais informações podem ser obtidas com a pesquisadora, por meio do e-mail flavia_darre@yahoo.com.br.

# Infográfico: como as empresas podem diminuir riscos e proteger o fluxo de caixa

*Euler Hermes explica as diferenças entre o PDD e o Seguro de Crédito*

A Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), mais conhecida como auto seguro, tem sido uma das estratégias mais adotadas pelas empresas brasileiras para diminuir os impactos do não pagamento. Apesar do índice de inadimplência ter reduzido em agosto (para 3,7%), a pandemia enfatizou a importância de as organizações manterem a saúde financeira em dia. Estimando perdas futuras, o objetivo da PDD é proteger o fluxo de caixa contra o calote dos compradores através de uma reserva de capital. Geralmente, essa iniciativa está atrelada a uma política de crédito rígida, que monitora o desempenho financeiro dos clientes e gerencia a concessão do prazo de vendas. Além disso, essa estrutura conta com profissionais de cobranças, para renegociar dívidas e recuperar débitos passados.

"Apesar de ser uma boa estratégia para evitar perdas, existem algumas falhas. A PDD retém um valor considerável de capital de giro para funcionar e pode não ser suficiente para cobrir uma insolvência maior do que a provisionada", explica o diretor comercial da Euler Hermes, Luciano Mendonça. De acordo com o diretor, uma política de crédito muito restrita acaba minando oportunidades de vendas e limitando o crescimento do negócio, por não oferecer condições de pagamentos competitivas.

Dessa forma, como encontrar equilíbrio entre mitigar riscos, aproveitar oportunidades e garantir o fluxo de caixa? Como alternativa, muitos gerentes financeiros estão optando por contratar o seguro de crédito, o seguro do Contas a Receber.

Além de auxiliar a gestão de crédito e cobrança, ajudando as empresas selecionar os clientes com os melhores perfis de crédito e entrar de maneira segura em novos mercados, a apólice indeniza o segurado em caso de inadimplência (respeitando os termos e condições acordados). Assim, a empresa poderá se prevenir contra perdas decorrentes de insolvência, alavancar suas vendas, e liberar capital de giro para investir, antes retido na Provisão para Devedores Duvidosos.

Confira ao lado o infográfico preparado pela Euler Hermes com as principais diferenças entre o auto seguro e o seguro de crédito:

# Cinquentões e sessentões estão surpreendendo o mercado por aderirem às novas tecnologias de mobilidade urbana

Os cinquentões e sessentões não são mais os mesmos. Eles estão cada vez mais dispostos, arrojados, saudáveis, modernos e buscando novas experiências. Os tempos mudaram. Os chamados "ageless" (pessoas cuja idade não se define pela cronologia) misturam-se facilmente a quarentões e trintões em bares, shoppings, restaurantes, shows, festas e, com muita frequência, é difícil até de identificar, entre eles, quem é o mais jovem ou o mais velho. Não se trata apenas de visual, jeito de se vestir ou local que frequentam. É uma questão de mentalidade e vitalidade, que mudou muito nas últimas décadas.

A turma que nasceu nos anos 50 e 60 sempre enxergou, durante sua adolescência, as pessoas dessa faixa etária como alguém "velho". Pessoas acima de 40 anos já eram reconhecidas como idosas. "Mas o tempo passou e muita coisa mudou e, com isso, vivemos tempos mais modernos, com novas tecnologias chegando a todas as idades, novas formas de se viver e novos procedimentos", afirma Márcio Canzian, CEO da Eletricz e diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (Abve). É só reparar como os cinquentões e sessentões se vestem hoje, como fazem atividade física regularmente nas academias e parques, estudam, iniciam faculdades e cursos, viajam com frequência, fazem planos para o futuro, mudam de carreira, se reinventam.

"Na mobilidade urbana não é diferente e fica cada vez mais perceptível o crescimento deste perfil de usuário, especialmente no que se refere aos micros modais elétricos", explica Canzian. Atualmente, basta uma volta pelas ruas e ciclovias de São Paulo para constatar que eles estão lá em seus patinetes, bikes e monociclos elétricos, em números cada vez maiores. "Para mim, o monociclo elétrico representa liberdade. E liberdade não tem idade. Quem pensa muito em idade, perde a liberdade. Me sinto com 15 anos conduzindo meu monociclo", afirma Márcia Regina, de São José dos Campos (SP), que já pilota há sete anos. Mas Márcia é apenas um dos muitos exemplos de cinquentões e sessentões que encontraram uma espécie de "fonte da juventude" cima dos seus monos. Ela mesma é chamada de "vovó doidinha" pelos netos quando a vêem pilotando.

A Eletricz comercializa monociclos, patinetes e bicicletas elétricos em sua loja localizada no bairro de Vila Nova Conceição, em São Paulo (SP), e para todo o Brasil por meio da sua loja virtual (https://loja.eletricz.com.br). Mas 80% do seu faturamento vêm do monociclo, mercado que ele já virou referência nacional. "Aqui na loja a base principal dos clientes oscila entre 25 e 45 anos. Até um ano atrás, para se ter ideia, o número de clientes acima dos 50 anos era próximo do zero. Hoje, sem dúvida, essa turma que nasceu nos anos 50 e 60 já representa perto de 20% dos nossos negócios", revela o executivo.

Esse salto aconteceu em apenas um ano, e parece ser uma tendência irreversível. De certa forma, a questão da pandemia acabou por impulsionar a adesão das pessoas mais maduras, especialmente aquelas do grupo de risco da covid-19, já que os micros modais são uma opção mais segura de locomoção. Mas, para muitos deles, modais como o monociclo elétrico também são sinônimo de liberdade, qualidade de vida e diversão pura.

Eles vão ao mercado, à farmácia, visitar netos e filhos, simplesmente passear e até trabalhar. Não são raros os casos de cinquentões e sessentões que trocaram o automóvel pela praticidade de se locomover diariamente em seu pequeno veículo elétrico. Outro exemplo marcante é Paulo Sperandio, de 67 anos, um dentista aposentado de São Paulo (SP), que pilota seu monociclo há cinco anos. "Antes de andar de monociclo eu tinha várias dores pelo corpo. Não tinha vontade de sair de casa. Hoje eu me sinto uma pessoa de 35 a 40 anos. Melhorou muito minha disposição e até as dores que eu tinha pelo corpo. Uso meu mono o dia todo. Não é a idade que faz a gente não querer sair de casa. Nossa cabeça é que nos limita", acrescenta.

Para Luis Roberto Fink, de 62 anos, que mora em Piratininga (SP), andar de monociclo é uma terapia. "Uma monoterapia, como eu chamo. Quando estou estressado, até minha mulher fala: vai andar de mono", diz ele. "O monociclo elétrico é pura diversão. Me sinto 30 anos mais jovem quando estou pilotando o meu mono", conclui. A Eletricz iniciou suas operações em julho de 2018 com a missão de promover a locomoção de curta e média distância, incentivando a valorização da vida ao ar livre, a apropriação saudável das vias públicas e a mudança para um estilo de vida mais saudável, divertido e econômico. Por isso, comercializa os mais avançados veículos elétricos portáteis e desenvolve projetos e ações para difundir e incentivar este novo perfil de mobilidade urbana. A empresa comercializa monociclos, patinetes e bicicletas elétricas, mas os monociclos respondem hoje por 80% do seu faturamento, que chegou a R$ 3,5 milhões em 2019.

# Advogado explica quais são as leis e órgãos que amparam os idosos

O passar dos anos não é nada fácil, ainda mais quando se olha para o nosso envelhecimento. Ao alcançar a terceira idade muitas pessoas sofrem ao se deparar com situações desagradáveis. Para isso, é importante lembrar que o Estatuto do Idoso visa, em primeiro lugar, regular os direitos assegurados de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Com esse ponto de partida, o advogado Paulo Akiyama explica que as pessoas que atingem esta idade não possuem muito conhecimento a respeito dos direitos e garantias que as amparam, seja por parte dessa classe ou mesmo de pessoas mais novas. "Tratamos de muitos casos que envolvem desrespeito, discriminação ou abandono de idosos, mas há outras circunstâncias que podem ser denunciadas. Atualmente constam 118 artigos no estatuto que abrangem os direitos fundamentais da terceira idade, entre eles estão saúde física, mental e social, direito a liberdade e dignidade", ele relata.

Os artigos envolvem diversas seguranças e benefícios para pessoas de idade avançada, como a proteção contra todos os tipos de violência, garantindo a punição em casos de maus-tratos, negligência, discriminação, roubo ou abandono, além de assegurar o direito de ir e vir com gratuidade em transportes coletivos, atenção integral à saúde por meio do SUS e o sustento, quando necessário, através da previdência social, por meio do benefício denominado LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Outra vantagem é que eles também podem pleitear a redução do IPTU, caso tenha um único imóvel, em alguns municípios é concedido até 100% de desconto no imposto.

Algo que pode ocorrer com o avanço da idade é a alienação parental inversa. Esse problema que costuma ser associado a relacionamentos de pais e crianças, no entanto, também pode ocorrer de maneira inversa, talvez com mais frequência do que imaginamos. Os casos costumam envolver parentes que tentam afastar o idoso de outros familiares, em especial quando esse idoso possui renda e bens, já que isso pode ser benéfico para o alienador, que se aproveita desta situação em benefício próprio. Quantos de nós já não ouviram ou presenciaram situações como esta?

"Importante trazer ao conhecimento de todos que uma criança ou adolescente que sofre alienação tem uma vida toda pela frente, sendo certo que influenciará na sua formação, mas possui muitos anos para se refazer, buscando auxílio profissional para superar seus traumas psicológicos. Já o idoso está vivendo os seus últimos anos, caminhando na sua grande maioria par o fim da vida, passando a viver estes poucos anos que lhe resta em estado depressivo, alienado, afastado de todos os seus. Muitos aceleram o final da vida devido a angustia e ansiedade que vivem em razão de sua alienação", Dr. Akiyama destaca.

O advogado também comenta sobre a denúncia e processo de alienação pois normalmente o idoso desconhece que está sendo alienado. Nesse caso, quem deve buscar guarida do poder judiciário é aquele que está sendo afastado injustamente e estar sendo privado da relação familiar , também o idoso pode sentir que não é querido pelos parentes, vindo a acreditar em inúmeras mentiras que aqueles que o rodea incuti na mente do mesmo. Uma lavagem cerebral de um ser humano que esta no final da vida.

"Quem detecta ou suspeita de abandono ou maus tratos deve procurar o Ministério Público e realizar uma denúncia, além de informar a assistência social local com relação ao abandono", ele finaliza.

# Finanças pessoais: 14 perfis de comportamento que devem ser evitados

Segundo uma pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o endividamento das famílias brasileiras bateu recorde em agosto, pior mês da série história. Segundo Carol Stange, educadora em finanças pessoais, isso é reflexo da crise financeira mundial causada, principalmente, pela pandemia do Coronavírus. "Ao mesmo tempo alerto que a pandemia não é a única responsável pela dificuldade enfrentada pelas famílias. Existem também a falta de conhecimento e aprendizado para lidar com as finanças e isso leva à perda de controle do orçamento familiar", alerta Carol Stange.

Diante desses fatores, muitos brasileiros ficam na dúvida sobre as melhores formas de lidar com o seu dinheiro! Segundo a especialista em finanças pessoais, administramos o nosso dia a dia a partir de determinados padrões. Portanto, conhecer alguns exemplos que devem ser evitados é um grande passo para uma vida financeira saudável e equilibrada.

Para ajudar você a alcançar seus objetivos pessoais do jeito mais rápido, assertivo e com as menores perdas financeiras possível, Carol Stange aponta os 14 perfis de comportamentos que devem ser evitados e que merecem distância da sua vida financeira.

1. **O CEGO**
Não sabe quanto ganha e gasta e para onde vai o seu dinheiro.

2. **O DESINFORMADO**
Contrata serviços financeiros e até arrisca a fazer alguns investimentos, mas evita pesquisar taxas em instituições diversas ou prefere simplesmente não conhecer outros produtos disponíveis no mercado que também possam atendar às suas necessidades.

3. **O TEMEROSO**
Tem medo de se comprometer com financiamentos e parcelamentos de médio e longo prazo, portanto prefere pagar tudo à vista.

4. **O DESCONFIADO**
Bancos e instituições financeiras lhe deixam sempre com uma "pulga atrás da orelha".

5. **O MALABARISTA**
É especialista em pagar uma dívida e faz outra para conseguir giro financeiro, e assim, ganhar alguns dias para conseguir o dinheiro.

6. **O ILUDIDO**
Acredita que por ter um trabalho relativamente estável, com o pagamento dos comprometimentos financeiros em dia e por usufruir de certo conforto diário, sua vida financeira é saudável.

7. **O ARROJADO**
Gasta, consome e adquire seguindo o pensamento "quem não se endivida e não corre riscos, não tem conquistas financeiras".

8. **O NOVATO**
Recebeu com alegria a notícia de que, agora que terminou os estudos e começou a trabalhar em um emprego formal e agora pode ter acesso a um cartão de crédito com um limite quase do mesmo valor do seu salário.

9. **O QUE ESPERA**
Esse perfil espera sempre por uma solução vinda de fora: herança, prêmio na loteria, ajuda familiar, aumento de salário inesperado, uma ajuda divina. Infelizmente, falta-lhe atitude de protagonista para encarar sua vida financeira como resultado das suas escolhas e atitudes próprias.

10. **O BONZINHO**
Está sempre ajudando financeiramente um amigo ou um parente, e justamente por isso, está sempre com dificuldades financeiras, nome comprometido ou perdendo algum amigo.

11. **O QUE SUBESTIMA**
Já fez algumas simulações de investimentos e, decepcionado com a rentabilidade das aplicações, concluiu que não vale a pena investir, pelo menos não com o dinheiro que tem disponível ou nos produtos indicados.

12. **O QUE SUPERESTIMA**
Ao contrário do perfil que subestima, o que Superestima acredita que a realização de todos os seus sonhos será muito fácil, rápido e que, se essa conquista demandar alguns sacrifícios financeiros, estes serão pequenos o suficiente para que não alterem ou atrapalhem a rotina diária.

13. **O QUE TEM VIDA BREVE**
Nada vale o preço de deixar de consumir e aproveitar o dia de hoje em prol de um futuro em que não se sabe se estará vivo para desfrutar.

14. **O QUE PENSA SÓ NO FUTURO**
Ao contrário do perfil anterior, o que só pensa no futuro encara seu compromisso com a aposentadoria como algo sério e permite que esse objetivo ocupe todos os seus pensamentos e ações. Pequenos prazeres da vida são solenemente ignorados e seu estilo de vida é propositalmente espartano, pois todos os recursos financeiros são acumulados para o seu objetivo futuro.

• Carol Stange estudou administração de empresas na PUC-PR,
cursou MBA em Gestão Empresarial pela UEL/MEB e fez MBA em marketing pela PUC-SP.

# Ações lideram preferência dos investidores, mostra Fliper

## *Fintech de consolidação de investimentos apresenta as principais alocações de investimentos de seus usuários*

Nem mesmo as incertezas econômicas provocadas pela pandemia de covid-19 nos últimos meses alterou a estratégia mais arrojada dos investidores brasileiros. É o que mostra o levantamento da Fliper, plataforma que agrega todos os investimentos do usuário de forma automática e gratuita, com os ativos preferidos em setembro.

Primeira colocada na preferência dos usuários desde o início da doença, em março, as ações mantêm a liderança. Agora, esse investimento representa 34,33% de todas as alocações na plataforma. No último ranking, elaborado em julho, detinha 33,61% do total.

A variação foi mínima para todos os ativos. A renda fixa pós-fixada e os fundos multimercados tiveram uma leve queda em relação à pesquisa anterior. Agora, possuem, respectivamente, 21,26% e 17,06% – antes, o percentual era de 22,09% e 19,16%. Completam o top 5 de ativos: fundos imobiliários, com 8,32% (eram 8,47%), e renda fixa indexada à inflação, com 7,43% (antes, 7,59%).

A lista dos investimentos preferidos dos brasileiros também contempla: renda fixa prefixada, com 3,72% (3,8%); conta corrente, com 3,35% (3,31%); dólar, com 2,78% (1,53%); e ouro, com 1,75% (0,44%). Os valores em parênteses remetem ao percentual identificado no levantamento realizado em julho de 2020.

A Fliper também levantou os ativos preferidos dos brasileiros em diferentes categorias em setembro. Confira:

| Ranking de ativos (geral) |
|---|
| 1. Tesouro Selic |
| 1. CDB DI |
| 1. ITSA4 (Itaúsa) |
| 1. PETR4 (Petrobras) |
| 1. Tesouro IPCA+ 2035 |

| Ranking de renda fixa |
|---|
| 1. Tesouro Selic |
| 1. CDB DI |
| 1. Tesouro IPCA+ 2035 |
| 1. Trend Pós-Fixado RF Simples (XP) |
| 1. Poupança |

| Ranking de fundos multimercados (FIM) |
|---|
| 1. Kapitalo Kappa |
| 1. Bahia AM Marau |
| 1. Legacy Capital |
| 1. Gripen Advisory (SPX Nimitz) |
| 1. Verde AM Scena |

| Ranking de ações |
|---|
| 1. ITSA4 (Itaúsa) |
| 1. PETR4 (Petrobras) |
| 1. VVAR3 (Via Varejo) |
| 1. BBAS3 (Banco do Brasil) |
| 1. BBDC4 (Bradesco) |

| Ranking de fundos de ações (FIA) |
|---|
| 1. Alaska Black |
| 1. Equitas Selection |
| 1. Brasil Capital 30 |
| 1. Constellation Institucional |
| 1. Moat Capital |

| Ranking de fundos imobiliários (FII) |
|---|
| 1 XPLG11 (XP Logística) |
| 1. XPML11 (XP Malls) |
| 1. VISC11 (Vinci Shopping Centers) |
| 1. HGLG11 (CSHG Logística) |
| 1. BCFF11 (BTG Fundo de Fundos) |

O levantamento tem cunho apenas informativo e não se trata de recomendações de investimentos. Ações, fundos imobiliários e multimercados envolvem ativos de renda variável e têm riscos de perda.

"Mesmo com as incertezas da pandemia, o cenário macroeconômico com taxa de juros no menor patamar histórico propicia maior ousadia dos investidores brasileiros, buscando retornos maiores do que a renda fixa, além de ampliar o investimento em ativos de proteção, como o dólar", afirma Walter Poladian, CFP®, sócio-fundador da Fliper.

A pesquisa foi feita em cima da base de usuários do app da empresa, totalizando mais de 150 mil contas de investimentos e R$ 15 bilhões de patrimônio mapeado. Criada em 2018, a Fliper consolida investimentos de corretoras e bancos de forma automática, além de mostrar gráficos de rentabilidade da carteira e evolução do patrimônio, entre outras funcionalidades.

Lançada em 2018, a Fliper é uma plataforma que consolida investimentos de bancos e corretoras de forma automática e gratuita. No aplicativo, é possível acompanhar gráficos de rentabilidade da carteira, evolução do patrimônio, notícias dos principais portais financeiros, entre diversas outras funcionalidades. Atualmente a fintech mapeia mais de R$ 15 bilhões em investimentos e mais de 150 mil contas cadastradas. A Fliper faz parte do grupo XP Inc.

# Arte e Sociedade

*Ana Beatriz Britto* *

*"A arte é um fazer e se faz aqui e agora, não ontem ou amanhã; e faz objetos, que o tempo não engole e que permanecem presentes"*

Giulio Carlo Argan 1

O presente artigo foi motivado pelo interesse em analisar as relações entre arte e história. E se a arte é fenômeno histórico, está inserida na sociedade e nos seus processos econômicos, políticos e culturais. Esse vínculo extravasa a dimensão estética e adquire uma abordagem intelectual. Ao produzir objetos de valor, a arte é modo de produção enquanto atividade. Na medida em que se insere entre o fazer artístico e demais atividades, torna-se objeto de processos econômicos, a saber, produção, circulação, consumo e valorização no sistema de arte. E o momento em que a obra é comercializada com todas as transações decorrentes configura a dimensão econômica da arte. Porém, não há leitura que dispense a interpretação estética já que o traço fundamental da obra de arte é seu caráter de exemplaridade, ou seja, a arte é capaz de gerar formalizações que servem como modelo de reflexão sobre a sociedade.

Ao longo da História, observamos vários modos de se adquirir e acumular obras de arte: entesouramento ligado a glória duradoura, o mecenato que aspira a proteção à arte, e o colecionismo, sendo este último ligado à elite econômica mais recente. O colecionismo de cunho privado, exercido sem relação com órgãos públicos, estabelece relações entre agentes econômicos – sejam artistas, *art dealers*, galeristas, leiloeiros, feiras ou bienais – e propiciam a projeção econômica do sistema de arte. Sem dúvida, o importante é que cada profissional cumpra o papel de atuar como formador de pensamento com capacidade de despertar o interesse da sociedade sobre a importância fundamental do papel da arte. Ao considerar que cada coleção é única e individualizada, segundo interesses que refletem uma visão de mundo, o estímulo à aquisição de obras deve priorizar a produção de artistas que lidam com a arte como reflexão e pensamento - desafio de atribuição de valor da arte como portadora de ideias que não se limitam ao campo plástico e operam a síntese entre a lógica interna da obra e o contexto histórico. No ato de colecionar, soma-se um valor, o valor da arte enquanto objeto permanente e capaz de produzir um discurso intelectual em sentido amplo e relevante para a sociedade.

E o que é o ato de colecionar? Os colecionadores tem uma relação quase misteriosa com a obra de arte cujo destaque não é apenas seu valor financeiro, mas as circunstâncias de aquisição, as histórias das obras. Certamente, existe uma questão implícita de afetividade e também de compulsividade ligada ao ato de colecionar. O colecionador jamais conclui aquilo que começa, sempre há algo a conquistar e acrescentar, o que contribui para a manutenção do sistema de arte em funcionamento. As coleções institucionais ainda agregam um valor ao patrimônio cultural de um país. Cumpre mencionar que alguns colecionadores tratam da aquisição da coleção como forma de investimento ligado à especulação financeira, o que difere da posição do colecionador ligado à arte com imagem cultural reconhecida e responsável.

Para finalizar, a questão da ética é fundamental em qualquer atividade profissional. Certamente, o mercado de arte é mais informal do que outros mercados de trabalho, mas escritórios e galerias estão se profissionalizando cada vez mais com exposições individuais, coletivas importantes e participação em feiras nacionais e internacionais. Ao organizar o grupo de artistas, a galeria define o seu perfil e assume uma referência de sua atividade. A escolha deve acontecer baseada na dedicação e interesse dos artistas pelo conhecimento de arte. A qualidade, o conteúdo e o propósito é o que irá determinar se o trabalho que o artista produz é realmente uma obra de arte. É fundamental esse comprometimento sério para que sua obra não seja meramente um trabalho de "moda" ou simplesmente "mercadoria". Afinal, como dizia Leonardo da Vinci, arte é coisa mental, e trabalhar com arte também!

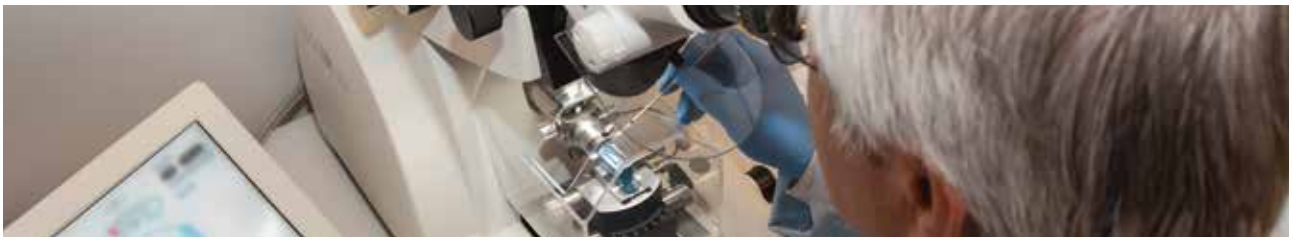
LEONARDO DA VINCI

***"O importante é que o interessado em uma obra de arte consiga o meio para adquiri-la. Esse é o grande desafio: possibilitar e despertar no interessado em arte o desejo de conhecer mais."***

Considerando a importância da arte e sua inserção na sociedade, comecei a estudar na Escola de Artes Visuais do Parque Lage e por incentivo de artistas e críticos de arte, passei a trabalhar com a organização de grupos de estudo e o mercado de arte. Um escritório de arte tem o compromisso de divulgar e negociar  a produção dos artistas dedicando-se ao incentivo da formação de coleções. A preocupação do escritório é trabalhar com artistas comprometidos com a arte atual - aquela que expressa o pensamento contemporâneo em toda sua abrangência. Atuar nos segmentos da produção daqueles cujas trajetórias já são reconhecidas no circuito de arte contemporânea, além de acompanhar e apoiar o desenvolvimento do percurso de artistas que começam a se integrar a esse mesmo circuito. O importante é que o interessado em uma obra de arte consiga o meio para adquiri-la. Esse é o grande desafio: possibilitar e despertar no interessado em arte o desejo de conhecer mais. Qual o estatuto da obra de arte? O lugar de uma experiência sensível a ser encontrada, afinal a arte é o lugar onde as coisas aparecem. Por fim, as operações estéticas, mesmo num mundo em que tudo já parece conhecido, podem ser ainda mais ser necessárias.

***Professora e organizadora de grupos de estudo de História e Filosofia da Arte. Mestre em História Social da Cultura, na linha de pesquisa de História da Arte e Arquitetura, e especialista em Arte e Filosofia, ambos pela PUC-Rio, desenvolveu pesquisa sobre Richard Serra e o Minimalismo, com dissertação intitulada "Richard Serra: escultura" (2018).***
***Mantém Ana Beatriz Britto e Isabela Burlamaqui Escritório de Arte.***

# Própolis vermelha tem substâncias que inibem o crescimento de células cancerígenas



Produto historicamente conhecido por sua ação anti-inflamatória, a própolis poderá ganhar uma nova função no futuro, de acordo com um estudo preliminar que envolveu pesquisadores do Instituto de Química de São Carlos (IQSC) da USP. Após descobrirem oito substâncias inéditas da própolis vermelha, extraída de colmeias em Alagoas, os cientistas observaram que duas delas foram capazes de inibir o crescimento de células de câncer de mama, próstata, cérebro (glioma) e ovário, levando 50% delas à morte em testes iniciais realizados no laboratório. A pesquisa foi publicada na revista científica internacional Journal of Natural Products.

No trabalho, os cientistas compararam o desempenho das duas substâncias promissoras com a doxorrubicina, quimioterápico utilizado no tratamento do câncer. "Nos primeiros testes realizados in vitro, os compostos da própolis vermelha se mostraram tão eficazes quanto o medicamento. No entanto, muitos anos de estudo ainda devem ser realizados para comprovar a ação destas substâncias que, se forem realmente eficientes, talvez possam se tornar mais uma alternativa para tratar a doença", afirma Roberto Berlinck, professor do IQSC e um dos autores do trabalho, que foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

A própolis é formada após as abelhas coletarem resinas presentes nas árvores e plantas e depositarem o material na colmeia, onde ele é misturado com cera, óleos e outras secreções até atingir a sua composição final, que serve de proteção para as polinizadoras contra a ação de fungos e bactérias. Mais rara que a própolis verde, amarela e marrom, a própolis vermelha tem o Brasil como um de seus maiores produtores mundiais. Encontrado exclusivamente no estado de Alagoas, o composto é produzido por abelhas da espécie Apis mellifera, que se alimentam de uma resina avermelhada presente nos caules da árvore Dalbergia ecastaphyllum, popularmente conhecida como Rabo-de-bugio.

Com estruturas até então desconhecidas pela ciência, as novas substâncias isoladas da própolis vermelha fazem parte da classe dos polifenóis, compostos naturais abundantes na natureza, principalmente em plantas, e conhecidos por sua atividade antioxidante, antibactericida e antifúngica. Os polifenóis podem ser encontrados na soja, cereais, vegetais e suco de uva, tendo, inclusive, seu consumo indicado em dietas ricas em vegetais. Outra função dessas substâncias é a de proteção das plantas contra a radiação ultravioleta, atuando como uma espécie de "protetor" solar dos vegetais. Diversos polifenóis também conferem diferentes cores a flores e folhas de árvores durante o outono.

Passo a passo da ciência – De forma geral, os polifenóis não são considerados candidatos promissores para o desenvolvimento de medicamentos, pois eles se ligam a todos os tipos de proteínas, enquanto uma droga precisa ter como alvo uma proteína específica. Com a nova descoberta, no entanto, a ideia é investigar mais a fundo as propriedades das duas substâncias que foram eficientes contra as células cancerígenas. Um dos próximos passos do estudo é entender como elas são formadas, descobrindo se os compostos surgem diretamente na resina das árvores ou se são concebidos pela própria ação das polinizadoras. Posteriormente, os pesquisadores pretendem obter quantidades maiores das substâncias para realizar novos testes, inclusive em camundongos, a fim de avaliar sua atividade antitumoral nos animais. "É muito difícil descobrir um novo medicamento, pois diversos testes devem ser realizados. O tempo para se produzir um novo fármaco varia de 15 a 20 anos, e apenas uma substância a cada 10 mil chega a ser comercializada. Mas é uma pesquisa muito importante, pois queremos descobrir novas formas de tratar o câncer", explica Berlinck.

# Anuncie na Revista IBEF e fale com 15 mil executivos

REVISTA IBEF DIGITAL E IMPRESSA

REVISTA IBEF 2005 2020 16 ANOS

Entre em contato com
Eduardo Cantidiano
(21) 99619.0771
e.cantidiano@openlink.com.br

# Há que se modificar ou criar impostos. Já!

*Sergio Raposo**

Em tempos de guerra, governos sempre lançam mão de impostos adicionais para financiar o esforço. Ainda que a contragosto, os contribuintes apressam-se a cumprir, vez que o acréscimo de imposto é um mal menor do que a perda do território para uma potência estrangeira.

Acertadamente, o governo federal implementou o mais ousado plano de auxílio emergencial à população de nossa história. Caso não houvesse feito isso, estaríamos vivendo no momento sob forte dissenção social, com saques, gangs de famintos pelas ruas e sabe-se lá mais o que. Com a pandemia, percebeu-se a fragilidade absoluta de uma parcela desassistida da população, a qual não pode ser deixada à mingua. É preciso, não só obter receitas para repor o imenso endividamento ocorrido com o auxílio emergencial como também aumentar substancialmente a assistência aos desvalidos.

Ao longo dos anos, fomos acrescentando mais e mais penduricalhos onerosos em nossas folhas de pagamento, os quais são tão benéficos ao empregado quando maléficos ao emprego. É preciso substituir a base de incidência desses impostos para facilitar o aumento dos empregos.

A equipe econômica do governo debate-se em equacionar os problemas acima, sem furar o teto de gastos federais e sem aumentar impostos. Tentam a todo custo encontrar recursos no orçamento da União. Perda de tempo. Nosso orçamento já é engessado ao extremo e reduzir despesas no país dos privilégios, em que a lei garante que privilégios são também direitos adquiridos, é missão impossível.

Assim, a solução mais do que urgente e mais do que óbvia, e que não está sendo estudada porque é impopular, é o imediato aumento de impostos, através da criação/substituição de impostos e/ou aumento da alíquota de outros já existentes. Quanto mais tempo se fica em busca do inalcançável, maiores os problemas ficam.

A equipe econômica deveria equacionar as necessidades de recursos em uma proposta compreensiva para ser vendida aos Congressistas (ainda que com algum tipo de retribuição, como é prática comum, sem o que, fica também uma missão impossível...) e aos contribuintes, com um discurso vigoroso e coerente de que se trata de uma condição de guerra, do tipo que mata gente, que se não é contra uma potência estrangeira, é contra um vírus impiedoso e contra uma construção fiscal (receita x despesas) perversa, uma das causas do subdesenvolvimento do país.

Todo bom administrador sabe que qualquer problema deixado ao léu, tende a crescer ilimitadamente. Os problemas acima elencados se interpenetram e se auto alimentam. Há que resolvê-los com coragem e com objetividade. Criamos uma situação em que já não há outra solução possível. Há que modificar e criar impostos. O quanto antes. Se for feito já, será mais barato do que depois, quando o governo não terá mais sequer tempo para conduzir o processo.

## *Expediente*

*O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.*

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003
Tel: (21) 2217-5555/5566 / ibefrio@ibefrio.org.br
Institucional: ibefrio.org.br / Programação: agenda.ibefrio.org.br / Locação de Ambientes: loc.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2019/2021 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente -** *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*

**Vice-presidente -** *José Domingos Vargas*

**Membros -** *Gustavo Carvalho Pierotti, Jorge Saul Doctorovich, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Márcio João de Andrade Fortes, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia, Sérgio Burrowes Raposo e Thomas Klien*

DIRETORIA VOGAL

**Consultar em:** *www.ibefrio.org.br/secoes/page/64/Diretoria-Vogal*

DIRETORIA EXECUTIVA

**Presidente -** *Gustavo Damázio de Noronha*

**1º Vice-presidente -** *Sergio Burrowes Raposo*

**Vice-presidentes -** *Fernando Potsch de Carvalho e Silva, Mônica Oliveira Costa Pinto Bendia e Patricio Marques Roche*
*Secretário Geral - Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

**Presidente** - *Claudio Roberto Contador*
**Membros** - *Luiz Affonso Neiva Romano e Paulo Sérgio Costa Lima Marques*
**Suplentes** - *Gustavo Tavares da Cunha Mello, João Carlos Reichmann Mader e Roberto Bar*

Revista IBEF

**Conselho Editorial**
*Eduardo Facó Lemgruber, Eduardo Lucano, Henrique Luz, José Gandelman, Márcio Fortes, Marcos Chouin Varejão, Mario Lopes, Nilton Molina, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende e Valmar Paes.*

**Editor Responsável**
*Eduardo Cantidiano*

**Jornalista**
*Vilma Goulart (MTB 18585)*

**Distribuição**
*Simone Lira*

**Programação Visual**
*Red Design Comunicação*

**Fotos**
*Banco de imagens Red Design, Unsplash, Pixabay, Pexels e Burst*

**Publicidade e Marketing**
*EC - Editora e Comunicação*
*Eduardo Cantidiano*
*e.cantidiano@openlink.com.br*
*(21) 99619-0771*



*Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.*
*O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.*

# AGU assegura continuidade das obras para ampliação do Porto de Salvador

*Valor investido supera R$ 700 milhões e deve gerar cerca de dois mil empregos diretos e indiretos*

A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) foi determinante para superar mais um impasse jurídico que paralisava as obras de ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador, na capital do estado da Bahia. O projeto integra o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e prevê obras para ampliar o espaço de atracação dos navios e aumentar a capacidade de movimentação dos contêineres, como contrapartida à prorrogação do contrato de concessão da área. Os investimentos superam R$700 milhões.

Desde 2017, ainda na fase de elaboração do projeto executivo, uma série de ações judiciais pede a interrupção das obras, iniciadas em setembro de 2018 e paralisadas por diversas vezes.

Atualmente, a discussão tem como centro duas ações em trâmite na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia. As ações demandam a suspensão das obras previstas pelo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 012/2000, celebrado entre a União e a empresa operadora portuária Tecon Salvador S/A. Questiona-se a expansão da área inicialmente arrendada e prorrogação antecipada do contrato, alegando, entre outros aspectos, suspeição no processo.

Em mais uma etapa do imbróglio jurídico, o autor de uma das ações tentava agora impetrar mandado de segurança contra ato que suspendeu os efeitos de uma decisão liminar a seu favor e permitiu a continuidade das obras de ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador.

Em defesa dos interesses da União, a Advocacia-Geral da União (AGU) atuou pela manutenção da decisão em prol do projeto e argumentou que o uso de mandado de segurança era inadequado ao caso. No mérito, a AGU sustentou que a paralisação das obras de ampliação do terminal traria prejuízos e que havia outras medidas no ordenamento jurídico para responsabilizar eventuais desvios no processo. A equipe da AGU também defendeu a legalidade do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que validou tecnicamente o acordo entre as partes, pela realização do termo aditivo ao contrato.

No julgamento do mandado de segurança, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região acatou os fundamentos trazidos pela AGU e determinou o prosseguimento das obras. “A decisão impugnada que determinou a continuidade das obras em virtude de termo aditivo de arrendamento baseou-se não só na legislação vigente mas na presunção de legalidade e legitimidade de que se revestem os atos públicos, devendo tal presunção ser afastada, se for o caso, em primeiro grau, após ampla dilação probatória que seja apta a refutar as conclusões adotadas no estudo da Antaq”, manifestou o juízo.

Para o Advogado da União João Márcio Rêgo Reis, que atua na Procuradoria Regional da União da 1ª Região (PRU1), trata-se de uma decisão de grande relevância e interesse público. “A importância dessa decisão fica clara, quando se verifica que foram investidos mais de R$700 milhões nessa obra. Além disso, além da possibilidade de vir-se a ter um serviço melhor prestado à população, está sendo criada, por meio desta obra, mais de dois mil empregos, sejam diretos ou indiretos”.

Ref: Mandado de segurança cível | processo nº 1040040-75.2019.4.01.0000 MF

DANNEMANN
SIEMSEN

DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
À ARBITRAGEM E LITÍGIOS ESTRATÉGICOS.

**SOMOS DANNEMANN SIEMSEN**

120 anos de assessoria a clientes nacionais e internacionais, nas principais demandas da advocacia cível e empresarial de excelência, atuando em diversas áreas do Direito e segmentos da indústria. Além de líderes em Propriedade Intelectual na América Latina, somos referência em consultoria jurídica e litígios estratégicos. Com um time de mais de 240 profissionais, altamente capacitado, oferecemos soluções inovadoras e focadas em resultados, nas mais diversas especialidades, da Privacidade e Proteção de Dados a Arbitragem e Mediação, de Contratos Comerciais à Recuperação Judicial.

**120 anos de reputação e excelência. Que venham mais 120.**

Rio de Janeiro
55 21 2237 - 8700

São Paulo
55 11 2155 - 9500

Brasília
55 61 3433 - 6694

dannemann.com.br

Ranking das "BIG SEVEN" por quantidade de S. A. Capital Aberto | Junho/2020

| Empresa | Posição | Quantidade | Sede |
|---|---|---|---|
| KPMG | 1º | 137 | São Paulo |
| EY | 2º | 104 | São Paulo |
| PWC | 3º | 73 | São Paulo |
| Deloitte | 4º | 56 | São Paulo |
| BDO | 5º | 47 | São Paulo |
| Grant Thornton | 6º | 38 | São Paulo |
| BKR Lopes, Machado | 7º | 21 | Rio de Janeiro |
| Outras | – | 138 | |
| Total | | 614 | |

Fonte: CVM

# FAÇA SUA ESCOLHA.

Presente em 500 escritórios em 80 países.

Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers

Independent Member of BKR International

55 21 2156-5800

SEDE: Rio de Janeiro - RJ | São Paulo - SP | Recife - PE | Belo Horizonte - MG

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br | www.lopesmachado.com